

MOVIMENTO

Revista da União Nacional dos Estudantes - UNE Nº 22 - julho - 2009

REFORMA UNIVERSIT

PROPOSTA DA UNE TRANSFORMOU-SE EM
PROJETO DE LEI. OS ESTUDANTES DEFENDEM
A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, AUTONOMIA, MAIS
DEMOCRACIA E AMPLIAÇÃO DAS VAGAS



Em defesa do petróleo
e da Petrobras

O fantástico mundo
da animação

TV ESCOLA AGORA NA INTERNET. WWW.MEC.GOV.BR

Novo portal do Ministério da Educação



TV Escola

A programação do canal da educação oferece 24 horas diárias de séries, documentários e produções originais divididas em cinco faixas: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Salto para o Futuro e Escola Aberta.



Busca inteligente

Poder registrar o nível de interesse por determinado conteúdo e ter a oportunidade de classificar o próprio conteúdo pesquisado. Com essas duas facilidades, o portal oferece aos seus usuários uma busca inteligente e colaborativa.



Domínio Público

Com mais de 110 mil obras que constituem o patrimônio cultural brasileiro e universal cadastradas, o portal disponibiliza textos, sons, imagens e vídeos, já em domínio público, ou que tenham a sua divulgação devidamente autorizada.



Portal do Professor

Vídeos, fotos e áudios, além de mapas, textos e sugestões de aulas. Aqui o professor encontra o que precisa para tornar a aula mais dinâmica e interessante. E ele ainda fica informado sobre cursos de capacitação e muito mais.



Lista de favoritos

O portal tem a funcionalidade da lista de favoritos, que permite ao usuário registrado salvar e fazer anotações em conteúdos de sua preferência.



Itens mais buscados

Outra importante novidade para o usuário, o registro dinâmico e ranqueamento dos itens mais buscados no portal conferem mais rapidez e praticidade ao processo de pesquisa.

Ministério da Educação

Destques do Governo

BRASIL

TVescola

O canal da Educação!

A TV Escola é um canal do Ministério da Educação, sobre educação e para a educação. No ar 24 horas por dia, o canal exibe as melhores documentárias e séries nacionais e internacionais.

Para professores é uma ferramenta de formação continuada; por, além dos vídeos, exibe comentários e dicas pedagógicas. Para os alunos, uma fonte de conhecimento e aprendizagem sobre História, Ciências, Matemática, Geografia, Língua Portuguesa e todas as outras áreas curriculares da Educação Básica.

Ao vivo!

PROGRAMAÇÃO
13 a 19 de abril

segunda	13
terça	14
quarta	15
quinta	16
sexta	17
sábado	18
domingo	19

[Mais detalhes da programação](#)

[Versão para download da grade semanal](#)

Escreva para tvescola@mei.gov.br e mande suas dúvidas e sugestões.

Ministério da Educação

Mais de cinco milhões de visitas por mês. DOMÍNIO PÚBLICO e PORTAL DO PROFESSOR. O novo portal do Ministério da Educação, além de um novo visual, traz três inovações: a transmissão da TV ESCOLA pela internet, novos mecanismos inteligentes de busca e menus personalizados. Além disso, agora a prioridade é atender as necessidades e interesses dos alunos, professores, pais, gestores e profissionais da educação, com uma navegação mais simples, ágil e confortável. **Novo portal do Ministério da Educação. Ensino, aprendizagem e pesquisa em um só endereço.**



Ministério
da Educação



Editorial

05. Mais força, mais protagonismo



Entrevista

06. Entrevista com Jonas Valente, do Intervozes:
1ª Conferência Nacional de Comunicação

Brasil

12. Petróleo: Orgulho do Brasil

18. A Copa do Mundo é nossa!



Internacional

22. Cuba e a Justiça tardia

24. Honduras - No Pasarán!



Educação

26. Reforma Universitária: PL da UNE

31. Um ano de Reuni

34. Novo Enem - Expansão e Reestruturação

36. Cotas: A verdade que ninguém quer ver



Cultura

39. Vamos animar!



Movimento Estudantil

45. Mulheres no comando

Retrato

45. Fim do vestibular

Sede nacional da UNE

Rua Vergueiro, 2485 – Vila Mariana – São Paulo – SP CEP: 04101-200 - Fone/fax: (11) 5574-7145

Praia do Flamengo, 132 - Rio de Janeiro - RJ

Sítio na Internet: www.une.org.br

A UNE é adepta do copyleft. Todas as matérias aqui publicadas podem ser livremente reproduzidas, desde que citada a fonte.



Expediente

A revista *Movimento* é uma publicação da União Nacional dos Estudantes, produzida com recursos da carteira de identificação estudantil.

Diretoria Executiva

Presidente

Lúcia Stumpf

Vice-Presidente

Tales de Castro

1º Vice-Presidente

Bruno de Oliveira Elias

2º Vice-Presidente

Márcia Rebeca Silva de Oliveira

Secretário-Geral

Ubiratan Cassano

Tesoureiro Geral

Harlen Oliveira

1º Tesoureiro

Lucélio Moura

Diretora de Comunicação

Camila Marcarini

1ª Diretora de Comunicação

Luana Bonone

Diretor de Assintência Estudantil

Ronaldo Pinto Junior

Diretora de Políticas Educacionais

Rafael Chagas

1º Diretor de Políticas Educacionais

Rafael Goffi

Diretor de Univ. Particulares

Débora Pereira

Diretora de Univ. Públicas

Flávia Calé

Diretor de Cultura

Rafael Simões

Diretor de Relações Internacionais

Alcides dos Anjos Leitão (Jesus)

Diretor de Movimentos Sociais

Juliano Medeiros

Edição

Edição: Renata Mielli;

Textos: Renata Mielli, Daniele Moraes; Deborah Moreira; Sandra Cruz; Alessandra Terribili.

Direção de Arte: Vandrê Fernandes (Circus);

Ilustrações: Daniel Lopes (Circus);

Tiragem:

40 mil exemplares

EDITORIAL

Mais força, mais protagonismo

Esta edição de *Movimento*, que circula no 51º Congresso da UNE, traz uma das principais contribuições dadas pelos estudantes brasileiros na luta por um País mais democrático e soberano: a elaboração e apresentação do projeto de Reforma Universitária da UNE, que está tramitando no Congresso Nacional. Essa proposta é fruto de um acúmulo de debates, que se iniciou em 2004, atravessou 3 gestões da entidade e envolveu estudantes de todo o Brasil.

Em um ambiente de efervescência política que permite diálogo e busca de novas soluções para aprofundar a democracia, a inclusão social e a afirmação da soberania do País, o protagonismo da UNE resultou no crescimento da entidade nacional dos estudantes e da rede que lhe dá suporte.

Nos dois últimos anos, reivindicações do movimento estudantil se transformaram em políticas públicas. Conquistamos a expansão da universidade pública e a abertura de vagas com o ReUni, obtivemos avanços no Prouni, o funil do vestibular como forma de ingresso no ensino superior está com os dias contados e pautamos a criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil.

Essas vitórias refletem a força da UNE, que se aproxima cada vez mais do estudante. Isso se dá através de Caravanas, como a recém realizada Caravana da Saúde, e através de encontros como o de mulheres estudantes, de cotistas e encontro de negros e negras.

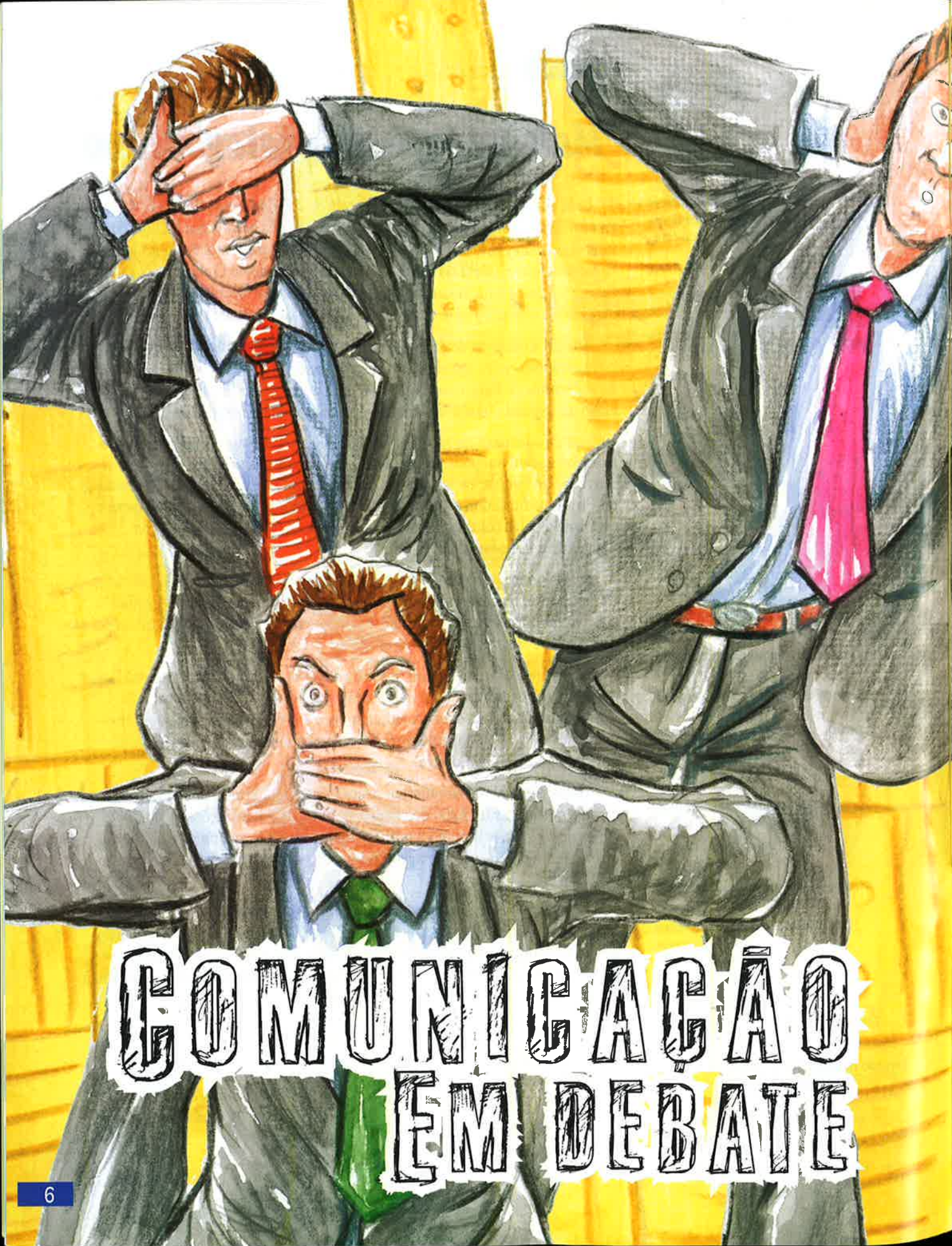
Outra importante conquista foi o reconhecimento do Estado brasileiro de sua responsabilidade na destruição da sede da UNE, na Praia do Flamengo, 132. Com este reconhecimento e a campanha 'Nosso Apoio é Concreto' demos o pontapé para iniciar a construção da nova sede da entidade, no Rio de Janeiro.

Todas essas ações se refletem neste Congresso: Foram 2300 eleições diretas que elegeram 5250 delegados em 92% das instituições de ensino superior do País, atingindo 2 milhões de estudantes, que participaram diretamente do processo de aprofundamento da democracia no movimento estudantil.

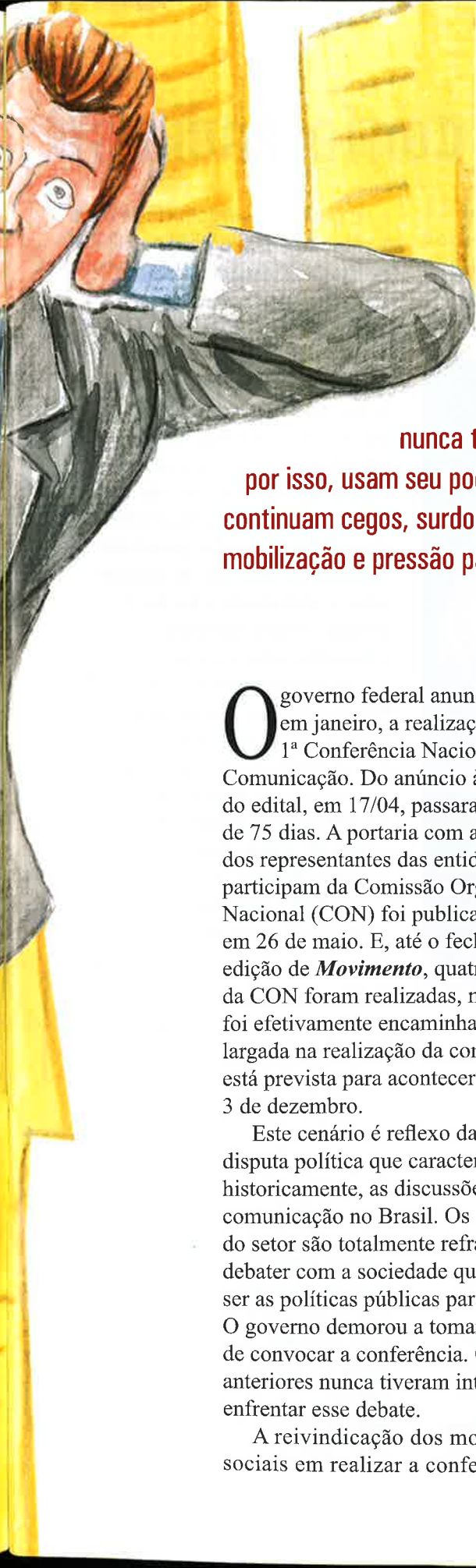
O desafio para a nova gestão que assume a entidade é ampliar essas conquistas, garantindo a aprovação do PL da UNE, dar início à construção da sede e atuar na luta política para impedir que, em 2010, os setores conservadores e neoliberais voltem a dirigir o País. São muitos desafios, mas os estudantes estão preparados e mobilizados para enfrentá-los.

Boa Leitura

Lúcia Stumpf
Presidente da UNE



COMUNICAÇÃO EM DEBATE



Foram anos de luta dos movimentos sociais para criar um espaço público de discussão das comunicações no Brasil. A convocação da 1ª Conferência Nacional de Comunicação foi uma conquista importante, mas ainda há muitos obstáculos a serem superados. Apesar de convocada, a realização da conferência ainda não está garantida. Os empresários desse setor nunca tiveram e não têm nenhum interesse nesse debate, por isso, usam seu poder para tentar evitá-lo. Os donos da mídia no País continuam cegos, surdos e mudos aos apelos da sociedade. É hora de ampliar a mobilização e pressão para exigir que o debate aconteça

Por Renata Mielli

O governo federal anunciou, em janeiro, a realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação. Do anúncio à publicação do edital, em 17/04, passaram-se cerca de 75 dias. A portaria com a indicação dos representantes das entidades que participam da Comissão Organizadora Nacional (CON) foi publicada somente em 26 de maio. E, até o fechamento desta edição de *Movimento*, quatro reuniões da CON foram realizadas, mas pouco foi efetivamente encaminhado para dar a largada na realização da conferência, que está prevista para acontecer nos dias 1, 2 e 3 de dezembro.

Este cenário é reflexo da acirrada disputa política que caracteriza, historicamente, as discussões sobre a comunicação no Brasil. Os empresários do setor são totalmente refratários a debater com a sociedade quais devam ser as políticas públicas para essa área. O governo demorou a tomar a iniciativa de convocar a conferência. Os governos anteriores nunca tiveram interesse em enfrentar esse debate.

A reivindicação dos movimentos sociais em realizar a conferência vem

de longe e sempre esbarrou nesses impasses. Mas como falou à *Movimento* o representante do Coletivo Intervezes na CON, Jonas Valente, esses obstáculos não foram superados com a convocação da 1ª Confecom (como tem sido chamada por todos). Os empresários levantam suas trincheiras e articulam para esvaziar as discussões, delimitar os debates e fazer valer no grito as regras que lhes sejam mais convenientes para participar da conferência, que eles não conseguiram evitar que fosse convocada, mas que ainda tentam inviabilizar que aconteça.

A convocação da Confecom foi comemorada pelos movimentos sociais como uma vitória na luta pela democratização das comunicações no País, como uma oportunidade ímpar de colocar na pauta um debate que nunca foi realizado pela sociedade – o de que a comunicação é um direito e precisa contar com políticas públicas. Na opinião de Valente esta “não é para ser uma conferência dos movimentos, é para despertar o interesse da população e ser um espaço institucionalizado de opinião, debate e análise sobre as comunicações”.

“Eles têm receio que a conferência se

Quais têm sido os principais pontos de discussão na Comissão Organizadora para formar a 1ª Confecom?

A primeira grande tarefa está sendo a elaboração do regimento interno. Desde o início, sabíamos que haveria uma discussão mais intensa com relação a dois pontos principais. O temário da conferência, ou seja, qual o escopo de assuntos para os debates; e o método de escolha dos delegados, como escolher os representantes que irão à nacional. Mas, os representantes do empresariado chegaram no início da discussão do regimento com uma questão anterior. A Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão) apresentou premissas, condições mínimas para a participação desse segmento no processo. Na verdade, levaram um programa desse segmento empresarial para a conferência. Eles apresentaram como premissa a defesa dos empresários da radiodifusão, do conteúdo nacional, da adoção do padrão do rádio digital e de uma empresa de equipamentos brasileiros. Ficou claro para todos que essas questões não são premissas, são propostas, diretrizes. Eles estipularam condições. O representante da Abert foi bem explícito – Se esse conjunto de premissas não estiver colocado no regimento nós (radiodifusão) teremos dificuldade de mobilizar o nosso segmento para participar do processo. Essa é uma situação que está dificultando muito o trabalho. A opção que fizemos diante dela foi tentar avançar em outros pontos

antes de enfrentar esse impasse. Só que nos deparamos com um segundo impasse. O empresariado está solicitando um quorum qualificado para as votações.



Ou seja, votar qualquer coisa na conferência não poderia ser por maioria simples. Em todas as conferências nacionais as votações são por maioria simples. Criou-se novamente uma situação, não só para dificultar os trabalhos. É que na visão deles – nós achamos que essa é uma avaliação equivocada –, a sociedade civil e o poder público estão juntos e, portanto, seria necessário um quorum qualificado para impedir isso. Não conseguimos solucionar esse impasse também.

E quais as perspectivas para a solução desses impasses?

Estamos tentando construir uma reunião para definir o regimento. Inclusive o presidente da comissão, que é o indicado pelo ministro das Comunicações, Rafael Bechara, falou que o que não for resolvido, vai ser considerado como caso omissivo e a Presidência resolverá. Há quatro impasses para serem resolvidos. O primeiro é esse das premissas e condições mínimas. O segundo sobre o método de votação. O terceiro – não é um impasse, mas é uma divergência muito séria – é que os representantes da Abert têm insistido em reafirmar que a discussão da conferência se dará em relação ao tema e não com relação ao temário. Qual é a diferença: o temário é um escopo de temas. Vai de A a Z por exemplo. O tema “Comunicação, meios para a construção de direitos e cidadania na era digital” é um mote, ele norteia a discussão, mas na nossa avaliação não a esgota. Os empresários têm insistido nisso para tentar delimitar o debate em cima da questão da convergência e tirar o foco do debate das comunicações como um todo, especialmente do setor da radiodifusão. Eles têm receio que a conferência se transforme num ambiente reivindicatório. Nós sempre defendemos a conferência para que a população pudesse falar, não só para ‘bater’ nas empresas. Essa conferência não pode ser, a priori, de nenhum setor. Nós não estamos na conferência, a priori, para que ela quebre o monopólio da mídia no Brasil. Nós reconhecemos

transforme num ambiente reivindicatório”

a conferência como um espaço de democracia participativa para o debate público. Vamos nos organizar e mobilizar de modo que nossas posições possam aparecer nessa arena. Esse é o grande embate político: o empresariado quer que a conferência seja a priori de um setor e para nós isso não tem condições.

E como está o debate acerca do temário? Houve avanços nesse campo?

O que temos apontado é que o regimento deverá conter as regras e discriminação dos eixos temáticos, mas que haveria um documento de referência para apresentar os temas. Estamos fazendo uma diferenciação, que ainda não está totalmente amarrada, de que uma coisa é a apresentação do debate – falar para a população o que é convergência digital, como a radiodifusão funciona, a mídia impressa – até para ser informativo, porque a grande maioria da população não sabe quais são as regras, quais são as discussões das políticas públicas. Nós precisamos apresentar essas questões e informar quais são os gargalos. Outra coisa é a defesa das pautas de cada setor. Nós estamos apontado para que haja um terceiro documento, um caderno de teses, no qual, aí sim, os vários segmentos colocariam as suas agendas para fazer o debate nos Estados.

Inicialmente, estava estimado que a Conferência teria um recurso de R\$ 8,2 milhões, que foram cortados para R\$

1,6 milhão. A falta de recursos pode inviabilizar a realização da Confecom?

A Comissão Nacional pró-Conferência foi a primeira a tornar



esse assunto público. Mas a própria presidência da CON também está preocupada. O ministério do Planejamento está circulando um Projeto de Lei para recompor a dotação orçamentária, não apenas do Minicom, como de outros órgãos. Nós estamos pressionando para que isso saia o mais rápido possível. Até porque, se não houver esses recursos, não tem conferência. É um olho no peixe fritando e outro no gato do lado. Temos que resolver várias questões estruturais e, ao mesmo tempo, enfrentar os impasses e as questões

polêmicas. Nós estamos atentos e preocupados com todos eles.

Todos esses impasses financeiros, de definição do regimento e temário estão apertando os prazos para a realização das etapas preparatórias?

As etapas preparatórias devem se realizar até o dia 30 de agosto. As estaduais deverão acontecer até o dia 31 de outubro e a nacional será nos dias 1, 2 e 3 de dezembro. Sim, temos plena consciência de que as coisas estão emoladas. Essa tática de dificultar a resolução do regimento é que tem gerado isso. Temos dito isso frequentemente nas reuniões. Inclusive foi isso que levou, em minha opinião, o governo dizer que do dia 09 não passa. Porque nós precisamos do regimento pronto para os estados começarem a se organizar. Mas eu corroboro com todas essas preocupações. Temos preocupação com a questão do tempo, muita. Temos preocupação com a questão do dinheiro, muita. Mas nós estamos sendo tomados pela resolução dessa questão que é política, mas ao mesmo tempo é burocrática, que é a definição do regimento. Mas o governo tem reiterado que a conferência vai acontecer. Existe um forte comprometimento do governo, mas a sociedade precisa pressionar.

A Conferência terá caráter deliberativo?

Já foi resolvido que a conferência não terá caráter vinculativo. Ela vai contribuir com

a formulação de políticas públicas para o Brasil. A conferência aprovará resoluções que serão encaminhadas aos diferentes entes do poder público. Inclusive, não entendemos o medo do empresariado, porque depois dessas resoluções serem aprovadas ainda tem todo um debate político, um processo de disputa e mediação com o poder público para que sejam aplicadas. E nisso, há todas as pressões que os empresários fazem sobre o poder público, que são conhecidas e reconhecidas. Por isso, eles têm argumentado que o governo tem um papel fundamental. Apesar de ser ele que convoca a conferência e de ter o

direito legítimo de apresentar suas posições, o governo não pode ser o fiel da balança, não pode ser ele o ente a determinar as questões. Existe, inclusive, um debate sobre a divisão dos delegados na conferência. Nós achamos isso complicado, porque isso faz com que os setores tenham que necessariamente compor com o governo para aprovar propostas. Aí, a conferência deixa de ser um fórum para que a sociedade penetre, e passa a ser o contrário, passa a ser um fórum para que o governo construa hegemonia. Para nós não faz sentido ser desse jeito. Vamos brigar o tempo todo para que se consolide um caráter de

democracia participativa, de abertura e debate democrático para que a sociedade possa de fato manifestar suas opiniões sobre esse tema.

A convocação da conferência deflagrou um processo de mobilização nacional. Como você está percebendo essa organização da sociedade para esse debate?

Nós sabíamos que ela provocaria uma mobilização considerável nos movimentos sociais e em toda a sociedade, por isso lutamos tanto pela sua realização. Esse campo que se configurou em torno de uma rede que se chama Comissão Nacional Pró-Conferência tem opinião política. Queremos pautar um conjunto de questões, mas defendemos que esse processo vá além. Não é para ser uma conferência dos movimentos, é para despertar o interesse da população e ser um espaço institucionalizado de opinião, debate e análise sobre as comunicações. Toda a mobilização e a criação das comissões estaduais pró-conferência só demonstram como esse processo é fundamental e já tinha que ter acontecido. Não aconteceu antes por conta de resistências históricas do empresariado de fazer o debate das políticas públicas de comunicação. Resistência que continua, como estamos vendo nas discussões do regimento. Por isso, é importante que essa conferência seja uma arena para que todos os atores se coloquem. Se algum ator resolver sair vai ser uma pena, mas também a conferência não pode deixar de ser realizada.



PING-PONG COM JONAS VALENTE



Controle Social

É fundamental a criação de mecanismos de participação da população em todas as esferas do modelo institucional brasileiro, não só em relação às políticas públicas, mas em relação aos meios. Controle social das concessões, outorgas e das prestações de serviços, inclusive de conteúdo, para evitar que a liberdade de expressão seja usada de maneira abusiva, de modo a conflitar com outros direitos da população.

TV Pública

É essencial para mudar o sistema de mídia brasileiro e precisa ser fortalecida. Não apenas no âmbito federal com a EBC, mas pela criação de um efetivo sistema público de comunicação nos estados com diversas emissoras, que só serão públicas de fato se houver um controle público real, com financiamento estável que impeça os governos estaduais de influenciar essas emissoras por meio da abertura ou fechamento da torneira dos recursos. Elas precisam chegar na casa do cidadão, precisa ter distribuição. Não basta uma TV pública para três ou quatro cidades.

Conteúdo Nacional

É fundamental que seja protegido. Mas, conteúdo nacional não é exclusividade nem prerrogativa da radiodifusão nacional. Pelo contrário. Se fizermos uma análise rápida das grades, veremos que o conteúdo nacional não prevalece e parte dessa radiodifusão foi quem trouxe o conteúdo internacional por meio da TV por assinatura. O caso mais claro é o da NET, que é um dos serviços mais internacionalizados do ponto de vista dos conteúdos.

Conteúdo regional

Mais fundamental ainda. Tem um projeto para regulamentar a Constituição, que é de 1992, e que até hoje não foi aprovado no Congresso. O estabelecimento de cotas para conteúdo regional não avança, porque afeta o modelo de negócio centralizado das redes comerciais de televisão. A conferência tem que ser um marco para de fato colocar o conteúdo regional como uma prioridade, para que o Brasil possa se ver e conhecer a sua diversidade.

Rádio Comunitária

Tem que sair urgentemente da condição marginal a qual foi colocada pela Lei 9.612, inclusive pelas políticas públicas deste governo, que continua perseguindo esse tipo de comunicação que é a mais genuína e que consegue dar voz a expressão dos cidadãos e cidadãs.

Propriedade Cruzada

Deve ser proibida. Não apenas entre a radiodifusão, mas entre a radiodifusão, a mídia escrita e os serviços de telecomunicações.

Radiodifusão x Teles

O movimento social não pode cair numa falsa polêmica de que a conferência é para resolver um arranjo empresarial entre radiodifusão e teles. De fato, há um receio e um conjunto de limites e regras a serem estabelecidas em relação a quem pode fazer o que. Mas esse debate tem que ser feito sob a ótica do direito à comunicação e não sob a ótica de qual setor vai ganhar ou perder mais.

Convergência Digital

A convergência é um fenômeno que não pode ser negado. No entanto, no mundo inteiro vem sendo tratado como se fosse um caminho inexorável de avanço do mercado e de desregulamentação do setor de comunicações. No Brasil isso não pode se repetir. Temos que tratar a convergência como o aproveitamento das possibilidades tecnológicas para garantir os direitos do cidadão à comunicação.

PETRÓLEO

Orgulho do Brasil

Os movimentos sociais saem em defesa da Petrobras e do controle do Estado brasileiro sobre as riquezas do petróleo. A UNE, que na década de 50 encabeçou a campanha "O Petróleo é Nosso!", se soma aos trabalhadores na luta por uma nova legislação para o setor e reivindica que os recursos provenientes do pré-sal constituam um fundo soberano, para investimentos nas áreas sociais, como Educação e Saúde

Por Renata Mielli



Uma empresa que ostenta números tão volumosos acaba gerando a cobiça dos mais variados setores, ávidos por 'compartilhar' do sucesso alheio. Quando se trata de uma empresa que atua numa área economicamente estratégica e, ainda por cima, cuja gestão está majoritariamente nas mãos do Estado, a cobiça do mercado torna-se ainda mais voraz.

A Petrobras é uma das companhias petrolíferas mais bem sucedidas do planeta. É a mais lucrativa do Brasil e está entre as três mais lucrativas da América Latina. Sua robustez é fruto, principalmente, de três riquezas brasileiras: os campos de combustíveis fósseis, a luta de uma geração para garantir que o petróleo fosse controlado pelo Estado brasileiro, e a capacidade científica e tecnológica de centros de pesquisa nacionais em desenvolver tecnologia de exploração e prospecção de petróleo.

Em 2008, a Petrobras destinou R\$ 53 bilhões para investimentos, que foram distribuídos em 26,2 bilhões para exploração e produção e 12 bilhões para abastecimento. Do restante, 13,5% foram direcionados para as áreas de gás e energia, 11,5% para a área internacional – a empresa opera em 27 países. Os dados que constam do Balanço Social e Ambiental 2008, publicado pela empresa em junho de 2009, apontam ainda que a companhia registrou um lucro líquido recorde de R\$ 33 bilhões, cerca de 53% a mais do que em 2007.

Sua pujança é tanta, que a empresa resistiu à avalanche privatista dos anos 90. A Petrobras não foi vendida como outras estatais, mas sofreu fortes golpes, como a Lei do Petróleo nº 9.478, de Fernando Henrique Cardoso, que quebrou o monopólio da exploração, além de ter tido seu capital aberto para



ser negociado em bolsas de valores, o que transformou a estatal em empresa de economia mista.

Agora, novo golpe tenta ser desferido contra a empresa: a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar supostas irregularidades na Petrobras. Isso ocorre em um ano que a companhia, mesmo com a crise econômica mundial, apresentou lucro recorde, ampliou seus investimentos e está iniciando a exploração das reservas do pré-sal. Coincidência ou não, também é ano pré-eleição presidencial.

Minando a Petrobras

Com a descoberta das camadas pré-sal, o presidente Lula explicitou seu desejo de que os recursos provenientes dessa nova riqueza deveriam ser utilizados, majoritariamente, para o desenvolvimento do parque industrial nacional e para investimentos em Educação e Saúde. A oposição e os setores que

pregam o ‘deus mercado como medida de todas as coisas’ – e, portanto, torcem o nariz para a possibilidade de haver estatais fortes e capazes de interferir na economia –, iniciaram uma verdadeira cruzada para enfraquecer a Petrobras.

A iniciativa de criar e instalar uma CPI partiu do PSDB e do DEM e contou com o apoio de dois senadores do PTB. A sessão que solicitou a CPI foi conturbada e teve a presença de apenas seis senadores: o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que leu o requerimento para a instalação e criação da comissão; o primeiro vice-presidente da Mesa Diretora do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), que ficou encarregado de abrir a sessão; o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), o presidente nacional do PSDB, Sergio Guerra (PE), o senador Tasso Jereissati, e o

senador João Pedro (PT-AM). Todos os temas apontados como alvos de investigação da CPI já estão sendo apurados pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público Federal ou pela Polícia Federal. A Petrobras é, ainda, alvo de fiscalização constante por parte de várias instituições, como a Agência Nacional de Petróleo – ANP, de órgãos ambientais entre outros. Então, para que uma CPI?

Holofote político e interesse privado

Em artigo publicado no jornal *O Estado de S.Paulo*, o engenheiro e ministro aposentado do Superior Tribunal Militar, Sergio Xavier Ferrolla, ao analisar o papel estratégico que a economia do petróleo tem na geopolítica internacional, foi contundente ao se referir aos objetivos dessa CPI. “Esses aspectos de interesse nacional e suprapartidário indicam que a criação de uma CPI, no Senado, para investigar temas que já estão sendo apurados por outras legítimas instâncias de poder não é apenas um movimento que atrai holofotes para palanques eleitorais. É, acima de tudo, um movimento que atende aos interesses de poderosos grupos do setor de petróleo, ao colocar sob suspeição a credibilidade da Petrobras e do governo brasileiro nessa decisiva e histórica oportunidade de formular e determinar políticas que consoli-



Ato unificado em defesa do petróleo na avenida Paulista

dem a soberania energética do País, assegurando vultosas fontes de riqueza para toda a sociedade”.

A UNE tem se somado aos que estão denunciando os motivos reais desse pedido de CPI. “O uso da estatal como instrumento de disputa política eleitoral só serve àqueles que possuem interesses estranhos aos da nação. A criação de uma CPI para investigar supostas irregularidades é uma tentativa de desestabilizar a estatal e todo o setor, que há muito se consolidou como principal fonte de investimento do País”, opina a presidente da UNE, Lúcia Stumpf.

A reação dos movimentos sociais à criação da CPI foi imediata. Por todo o Brasil pipocam manifestações para denunciar a manobra da oposição e defender não só a Petrobras, mas a legítima posse do Estado brasileiro sobre as riquezas provenientes do petróleo.

Petrobras forte, Brasil soberano

Para a presidente da UNE, a luta em defesa da Petrobras se confunde com a luta por um Brasil mais democrático. Relembrando o papel que a entidade jogou na campanha “O Petróleo é Nosso!” e que resultou na criação da Petrobras, ela reitera nos discursos proferidos durante os atos unificados em defesa da empresa, que “mais uma vez, os estudantes se somam aos trabalhadores para dizer que não deixaremos a sanha privatista dos tucanos cair sobre a Petrobras. Para dizer que queremos um País mais democrático e que democracia se faz com um Estado forte, capaz de garantir emprego e desenvolvimento. Democracia se faz com a democratização dos meios de comunicação, com a democratização da universidade e da educação brasileira. E para fortalecer o Estado nós precisamos de estatais fortes como a Petrobras”.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) está com dificuldades para contabilizar os atos que acontecem em todo o País. “Nós estamos conseguindo unificar o movimento social brasileiro em torno dessa que, historicamente, é uma grande bandeira do povo brasileiro: o controle sobre esse setor vital que é a energia”, avalia João Antonio de Moraes, coordenador da FUP.

Riqueza brasileira

Desde o anúncio da descoberta das jazidas de pré-sal, a UNE tem se manifestado – ao lado de outras entidades – sobre a urgência em se discutir um novo marco regulatório para o setor, capaz de garantir que as reservas do pré-sal sejam exploradas pelo Estado brasileiro.

A entidade defende que os recursos provenientes do pré-sal sejam destinados para a criação de um Fundo Nacional Soberano, usado para ampliar o investimento em Educação, Saúde, Moradia e Reforma Agrária. Outro eixo da campanha da UNE é a defesa da Petrobras, através da ampliação da participação da União no capital da empresa, que foi pulverizado durante o governo FHC.

Soma-se a estas lutas, a denúncia contra a tentativa dos setores conservadores de enfraquecer a Petrobras e, conseqüentemente, a participação do Estado no controle de suas reservas de Petróleo, através da instalação da CPI da Petrobras. “Os estudantes, que estiveram à frente da luta pela criação da Petrobras, saem agora às ruas para afirmar que o pré-sal é nosso! Para que essa máxima seja verdadeira, um novo arcabouço de leis e regras deve ser criado para proteger este importante patrimônio que pertence ao povo brasileiro”, afirma Lúcia Stumpf, presidente da UNE.



Ato em defesa da Petrobras

Investimento no País

O setor petrolífero é responsável pela ativação de vários setores da economia, de forma direta e indireta: indústria naval, siderúrgica, petroquímica, química fina, infraestrutura urbana (asfalto), metalurgia, entre tantas outras. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, os contratos para a construção de plataformas, como a P51, por exemplo, foram firmados com empresas internacionais. O desmonte da economia nacional estava em pleno vapor. Ao tomar posse, o governo Lula reviu os contratos e mandou fazer as plataformas no Brasil. “Isso reativou a indústria naval brasileira. Hoje podemos ver plataformas sendo construídas no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e Pernambuco. Essa gente [do PSDB e DEM] não acredita no nosso País, não aposta na economia nacional. O dinheiro do pré-sal dá para fazer um outro Brasil, um Brasil que não tenha miséria, que tenha saúde e educação para todos. Não vamos exportar petróleo cru, vamos investir no parque de refino e nas petroquímicas para gerar emprego e desenvolvimento, com um percentual de nacionalização

importante e é isso que os tucanos não admitem”, diz Moraes.

No Congresso Nacional, um grupo de parlamentares também se mobilizou para responder aos ataques que a Petrobras vem sofrendo. Em 17 de junho, com 258 assinaturas de deputados e senadores, foi lançada a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobras para propor o aperfeiçoamento da legislação do setor de produção de energia – a partir da noção do quão estratégico ele é para a soberania nacional – e o incentivo ao desenvolvimento de tecnologias competitivas para a produção de combustíveis fósseis, etanol e bio-combustíveis, em bases sustentáveis. A Frente foi proposta pelos deputados Rodrigo Rollemberg (DF), líder do PSB, e Luiz Alberto (PT-BA).

Presente ao ato de lançamento da frente, o coordenador do programa de pós-graduação em Energia da USP e ex-diretor da Petrobras, Ildo Sauer, defendeu que o País retome o controle acionário da Petrobras, “seja pela compra direta de ações no mercado internacional, com o dinheiro do Fundo Soberano das reservas internacionais, ou mediante incorporação das reservas já encontradas, nos campos de Iara e Caramba como ativo na Petrobras”.

Para o presidente da Central Única dos Trabalhadores – CUT, o objetivo da CPI é inviabilizar o de-

envolvimento nacional, emperrando o País e privatizando a Petrobras.

“A gente ainda é obrigado a assistir alguns deputados e senadores, dos tucanos e dos democratas, dizerem que eles não querem privatizar a Petrobras, mas sim defendê-la. Basta uma pequena pesquisa nos jornais do ano de 1998, para ver o que eles falavam da Petrobras. O falecido ministro das Comunicações de FHC, Sérgio Motta, pessoa forte do governo tucano, chegou a dizer que ‘a Petrobras é um dos últimos esqueletos da República. O diretor geral da agência, David Zilberstain, terá de desmontá-la osso por osso. A estatal é um paquiderme que consome 9 milhões de dólares em importações, prejudicando a balança comercial do Brasil e a sociedade brasileira’. Esse é o pensamento do PSDB e DEM, é assim que eles veem as empresas estatais do Brasil. Destruíram o setor elétrico, destruíram o setor de telefonia, entregaram a Vale do Rio Doce, mas não tiveram tempo de privatizar a Petrobras, o

Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o BNDES e não vão voltar ao governo em 2010 para continuar privatizando, porque nós vamos estar nas ruas”, enfatizou Artur Henrique, presidente da CUT.

A UNE e os estudantes brasileiros têm participado de todos os atos realizados pelo Brasil. A entidade realizará uma grande passeata no dia 16 de julho, em Brasília, durante o 51º Congresso da UNE. Para Lúcia Stumpf, os estudantes têm o compromisso histórico com a soberania e a luta para que o petróleo seja do povo brasileiro. “Os recursos do pré-sal podem pagar uma dívida que o Estado tem com a sociedade, garantindo qualidade de vida para a população brasileira, no futuro. Compreendemos que essa CPI representa um atraso na mudança da lei do petróleo. Essa consciência é muito importante e tenho certeza que a cada dia ganharemos mais adeptos à nossa luta, até conseguirmos alcançar o objetivo final, que é a soberania nacional”.





Preconceito e ilações pessoais – A Petrobras esclarece

A Petrobras esclarece que Wilson Santarosa, como gerente executivo da área de Comunicação da maior empresa da América Latina, ligada à administração indireta – com 37% de suas ações de posse do governo federal e o restante dividido entre acionistas privados nacionais e internacionais – tem, no escopo de suas atividades, ações de marketing e relacionamento. Isso significa que ele deve estar presente, de maneira direta ou indireta, em todas as atividades relacionadas

742.000 Visitantes

Monitor Fatos e Dados

Destaque Internacional

Neste sábado, 4 de julho, o destaque ainda é o início do rebo do pré-sal

Fatos e Dados

o polêmico blog da Petrobras

Como surgiu a ideia do blog? A iniciativa se baseou em alguma experiência similar?

O Blog Fatos e Dados foi criado para divulgar, de forma completa e transparente, o posicionamento da Companhia sobre as questões relativas à CPI e apresentar fatos e dados recentes da empresa. Na visão da Petrobras, a iniciativa é um marco na construção de novas pontes de comunicação com seus públicos de relacionamento em uma era de circulação de informação digital em tempo real. A Petrobras desconhece qualquer iniciativa semelhante no universo corporativo, mas há, sim, experiências similares na internet.

Qual o critério para selecionar o que vai para o blog?

O Blog publica de forma completa as perguntas dos veículos de imprensa e as respostas enviadas pela Petrobras sobre questões que envolvem a CPI, além de cartas da empresa aos veículos, a íntegra de entrevistas concedidas pela diretoria (sobre conteúdos gerais, não se restringindo à CPI); e comentários. O Blog noticia, ainda, novidades de interesse geral sobre a Petrobras, como eventos da empresa, patrocínios, ações de transparência, desempenho empresarial, entre outros.

Houve alguma mudança do comportamento da mídia no tratamento das pautas envolvendo a Petrobras

No dia 02 de julho, a mídia nacional ficou atônita diante da mais recente iniciativa da Petrobras. Entrava no ar o blog Fatos e Dados, criado para divulgar o posicionamento da empresa sobre as questões relativas à CPI e apresentar dados recentes da companhia. Leia a entrevista enviada à *Movimento* pela assessoria da Petrobras. A íntegra pode ser acessada no portal da UNE

após o lançamento do blog?

O blog inovou ao publicar perguntas encaminhadas por veículos à Companhia, juntamente com as respostas repassadas na íntegra aos jornalistas. Houve reações positivas e negativas por parte da imprensa. Recebemos apoio de muitos jornalistas e de entidades como a Associação Brasileira de Imprensa, que consideraram legítima a iniciativa e entenderam o objetivo de transmitir informações sem filtros. Infelizmente, alguns órgãos da imprensa fizeram interpretações equivocadas a respeito do blog, segundo as quais a intenção seria “vazar” o noticiário e intimidar os jornalistas. Esse nunca foi o propósito da Companhia. A Petrobras entende que as informações enviadas à imprensa são públicas e de propriedade da empresa e que não há sigilo da fonte para o repórter com relação às perguntas. Ainda assim, buscando compatibilizar as reivindicações e argumentações dos jornalistas com os propósitos do blog, a Petrobras decidiu fazer um ajuste no horário de postagem das perguntas

e respostas, que acontece a partir da 0h do dia da publicação, no caso dos impressos, por exemplo.

Alguns setores têm elogiado a iniciativa, dizendo que ela contribui para o avanço da democratização da comunicação no país. Como a Petrobras encara esse tema?

A Petrobras acredita que está contribuindo para a democratização de informações ao utilizar as redes sociais, que permitem uma relação direta entre a fonte e a sociedade, sem a necessidade de filtros ou edições. Com essas novas ferramentas, o ato de informar-se, formar opinião e/ou juízo de valor passa a ser do receptor, e não mais dos veículos intermediários. A Companhia está muito satisfeita com os resultados e com a repercussão que o Blog Fatos e Dados vem alcançando. Com pouco mais de um mês de existência, o blog já ultrapassa 725 mil acessos (em 3/7), com mais de 6,8 mil comentários publicados.

Os preparativos para o Mundial já começaram e com eles a pergunta: além das principais seleções de futebol do mundo, o que mais a Copa trará para o Brasil? Turismo internacional? Desenvolvimento econômico? Geração de empregos? Distribuição de renda? Investimentos reais em infraestrutura e mobilidade urbana? Parece que será tudo isso e um pouco mais. Pelo menos é o que dizem os principais envolvidos na missão de preparar o nosso País para esse acontecimento esportivo e, porque não, cultural, que vai passar novamente por aqui.

O prazo parece curto, mas todos garantem que haverá tempo, planejamento e investimentos suficientes para que tudo esteja pronto e adequado até 2014. Há muito que fazer, mas os resultados poderão acelerar o projeto de desenvolvimento do País, alavancado especialmente pelas 12 cidades escolhidas como sedes da Copa e que estão entre os principais centros urbanos do Brasil. Se a Copa realmente nos proporcionar tais transformações, já terá cumprido um importantíssimo papel e extrapolado apenas seus esperados impactos esportivos.

Para que tudo dê certo, é fundamental atenção redobrada no processo de preparação. Isso para evitar que a irresponsabilidade de parte de alguns governantes brasileiros, testemunhada durante o processo de preparação dos Jogos Panamericanos do Rio de Janeiro, em julho de 2007, volte a dar as caras.

As lições do Pan

Essa é uma preocupação do Ministério do Esporte, que tem entre suas prioridades a definição do que chama de matriz de responsabilidades. Ou seja, firmar um pacto entre governo federal, Estados e Municípios, a fim de delimitar e pontuar as responsabilidades de cada ente envolvido no processo.

É o que garante o responsável por assuntos relacionados ao futebol do Ministério, Alcino Reis. “Nós aprendemos com o que aconteceu no Pan, quando muita coisa foi repassada para o governo federal, que por um compromisso com a imagem do Brasil, teve que cumprir com coisas que não eram de sua responsabilidade”. A partir de agora, a prioridade do Ministério parece ser, em conjunto com as 12 cidades-sede, mapear os investimentos. “Nossa pretensão é até o final deste ano sentar com cada uma das cidades para afinar um

Se o Brasil é o país do futebol, a Copa do Mundo do Brasil precisará fazer jus a tal título, garantindo também à população que, além de mais um campeonato, poderemos vencer grandes desafios para que o evento esteja à altura do nosso talento dentro das quatro linhas

Por Daniele Moraes

A Copa do Mundo é nossa!!

acordo, onde estarão estabelecidas as responsabilidades dos três entes. Para que, inclusive, a sociedade possa cobrar”. Alcino relata, ainda, que o governo irá monitorar de perto o cumprimento rigoroso do cronograma de tudo aquilo que deverá ser necessário para a Copa.

O aprendizado e a experiência vivenciados no Pan do Rio não deixaram dúvidas. É preciso definir, de antemão, quem paga o que e quem cuida do que. Uma questão já está definida, ao menos para o governo federal: a construção de arenas esportivas nas cidades-sede, escolhidas pela FIFA (Fédération Internationale de Football Association), será de inteira responsabilidade dos poderes públicos regionais, em conjunto com os clubes. E o investimento, segundo afirma categoricamente o Ministério do Esporte, deverá ser capitado inteiramente junto à iniciativa privada. “Não é intenção do governo federal colocar recursos da União nos estádios que serão utilizados para a Copa. Nós achamos que esses estádios têm que ter um modelo que atraia à iniciativa privada para que não fiquem depois como verdadeiros elefantes brancos e tenham um grau de utilização que

se sustente”, disse Alcino.

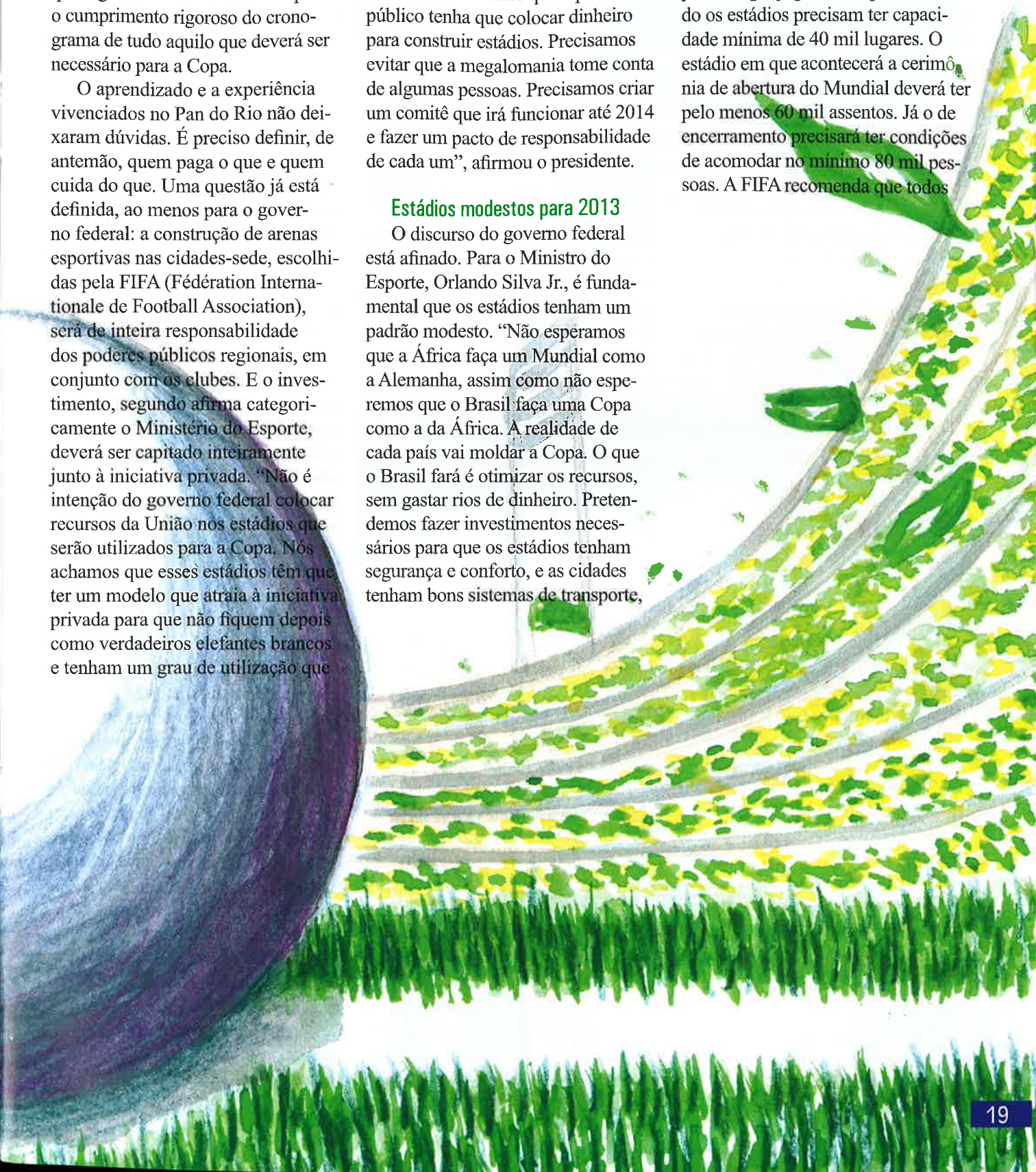
Essa posição foi marcada também pelo presidente Lula, em recente entrevista publicada no jornal *Zero Hora*. “Não acredito que o poder público tenha que colocar dinheiro para construir estádios. Precisamos evitar que a megalomania tome conta de algumas pessoas. Precisamos criar um comitê que irá funcionar até 2014 e fazer um pacto de responsabilidade de cada um”, afirmou o presidente.

Estádios modestos para 2013

O discurso do governo federal está afinado. Para o Ministro do Esporte, Orlando Silva Jr., é fundamental que os estádios tenham um padrão modesto. “Não esperamos que a África faça um Mundial como a Alemanha, assim como não esperamos que o Brasil faça uma Copa como a da África. A realidade de cada país vai moldar a Copa. O que o Brasil fará é otimizar os recursos, sem gastar rios de dinheiro. Pretendemos fazer investimentos necessários para que os estádios tenham segurança e conforto, e as cidades tenham bons sistemas de transporte,

acomodação e segurança”, disse em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo* (junho/2009).

Segundo as exigências da Fifa, para abrigar jogos da Copa do Mundo os estádios precisam ter capacidade mínima de 40 mil lugares. O estádio em que acontecerá a cerimônia de abertura do Mundial deverá ter pelo menos 60 mil assentos. Já o de encerramento precisará ter condições de acomodar no mínimo 80 mil pessoas. A FIFA recomenda que todos



os espectadores tenham cadeiras individuais numeradas, com encosto de pelo menos 30 centímetros de altura, banheiros limpos e em número suficiente, corredores de entrada e saída largos e tribunas de imprensa bem equipadas. Também é preciso haver hospitais e estacionamentos nas imediações dos locais de jogos.

Em função disso, as reformas ou construções dos estádios devem começar até janeiro de 2010. O prazo final para a entrega de todas as arenas, em plenas condições de uso, será dia 31 de dezembro de 2012. Isso porque, em 2013, o País deverá receber a Copa das Confederações, uma espécie de ensaio geral para o Mundial, como acabou de acontecer na África do Sul.

Curar as feridas do Brasil

Mas não é só com estádios que se faz uma Copa do Mundo. Podemos

dizer que essa é a parte mais fácil. O bicho pega mesmo quando falamos sobre a infraestrutura necessária para que o evento transcorra com conforto, segurança e eficiência. Preparar o País para receber milhares de turistas, estrangeiros e nativos, fato que tem relação direta com a sua capacidade aeroviária, rodoviária, portuária – por exemplo. Além de atingir também a questão de mobilidade urbana, a segurança e toda a logística do receptivo turístico. Ou seja, capacitação de mão de obra, desde as grandes empresas e agências de viagens até os motoristas de táxi. Refere-se ainda a melhorias, entre construção e reforma, de toda a rede hoteleira dos locais envolvidos. Sem contar o trabalho de divulgação e preparação da imagem do Brasil no exterior, a ser desenvolvida em projetos especiais pela Embratur (Empresa Brasileira de Turismo) e pelo Ministério do Turismo.

Neste ponto, tocamos nas feridas do Brasil e suas maiores fragilidades na preparação para a Copa. Avançar nesses aspectos será fundamental para o desenvolvimento do Brasil e isso faz da Copa do Mundo uma oportunidade única.

Pelo mar e pelo ar

O problema da mobilidade urbana está ligado a um compromisso que deverá ser assumido pelo poder público. O governo federal pretende apoiar ações dentro de projetos que sirvam realmente aos municípios e para a Copa.

A capacidade dos nossos aeroportos está entre as principais preocupações apontadas pela FIFA. Um evento desta magnitude necessitará de uma malha aeroviária, eficiente e segura, capaz de atender ao grande fluxo de voos que circularão pelo Brasil. Para Alcino Reis, “já está bastante claro que nós precisamos fazer um investimento considerável nos aeroportos das cidades escolhidas. A Copa de mundo gera um movimento acima do padrão que estamos acostumados”.

Também os portos serão alvo das atenções, como afirmou à *Folha*, o Ministro Orlando Silva. “Se você tem terminal de passageiros nos portos, você pode permitir um conjunto de transatlânticos circulando pelo País, com leitos temporários, para suprir as acomodações”, disse.

O governo federal tem a missão desafiadora de ampliar, capacitar e expandir aeroportos em obras que devem ser iniciadas imediatamente. Para isso, se discute a criação do chamado “PAC da Copa” (Plano de Aceleração do Crescimento), que nada mais seria do que um conjunto de obras e investimentos que deverão priorizar os projetos relacionados à preparação do Brasil para o Mundial.



A COPA DO MUNDO EM NÚMEROS

Recebendo o torcedor

Os setores de serviços e comércio serão beneficiados com o evento, uma vez que estão envolvidos desde a venda de produtos e alimentos para os participantes e visitantes, como também no transporte, hospedagem e atendimento ao turista. É aí que entram as ações previstas pelo Ministério do Turismo para dar suporte à preparação do Brasil.

Segundo Carlos Silva, chefe de gabinete do Ministério do Turismo, a realização da Copa em qualquer país é uma oportunidade, principalmente para o turismo. Para ele, o período que a antecede irá gerar um grande espaço para divulgação do Brasil. “Estamos trabalhando no planejamento das ações de turismo para que possamos tirar o melhor aproveitamento disso. Nos quatro anos anteriores, vamos fazer a promoção do Brasil no exterior e após a Copa, por muitos anos, vamos ter o País em evidência”, declarou.

Planejamento antecipado

Para levantar os principais gargalos de infraestrutura do País, estão em curso estudos realizados em parceria do poder público com instituições de pesquisa e o setor privado. “Acabamos de realizar uma pesquisa nas 17 cidades candidatas (a sedes a Copa), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas e elegemos alguns eixos de atuação: qualificação profissional do receptivo, infraestrutura turística, hotelaria e a promoção do País”, conta Carlos Silva.

Ele ressalta, ainda, que os investimentos públicos serão destinados às obras que deveriam ser feitas de qualquer maneira e que apenas serão aceleradas em função da Copa do Mundo. “Todo esse conjunto de obras movimenta a economia, aumenta a produção, gera empregos e com certeza todas as melhorias trarão

● Cada um dos jogos da Copa do Mundo da Alemanha foi visto por 560 milhões de pessoas em 240 países. Uma audiência acumulada de 30 bilhões de espectadores;

● A Alemanha recebeu cerca de 1 milhão de visitantes estrangeiros para a Copa de 2006;

● O mundial da Alemanha foi o mais lucrativo das histórias das Copas e rendeu mais de US\$ 2,5 bilhões só com patrocínios, merchandising e ingressos. Só a arrecadação com o turismo foi estimada em 1 bilhão de euros;

NO BRASIL...

● A Copa do Mundo de 2014, no Brasil, deve movimentar cerca de US\$ 10 bilhões em investimentos no País;

● Elevar em 3% o Produto Interno Bruto (PIB) de 2014;

● Arrecadar aproximadamente R\$ 700 milhões em impostos;

● Gerar 100 mil postos de trabalho;

● Apenas com os profissionais de mídia, haveria um ingresso líquido de US\$ 1 bilhão nos 30 dias de evento;

● Presença de 500 estações de TV, 4,5 mil jornalistas e 14 mil técnicos e fotógrafos.



benefício para a população. Esse é um aspecto altamente positivo”, acredita.

Segundo Alcino Reis, do Ministério do Esporte, haverá possivelmente linhas de crédito especiais do governo para facilitar o financiamento de construções e, principalmente, reformas de hotéis. “Nossa pretensão é abrir um canal mais privilegiado para financiamento para redes hoteleiras”, informou.

E no futebol...

Como podemos ver, do ponto de vista estrutural a Copa poderá deixar um importante legado. Entretanto, sua herança positiva promete beneficiar também o próprio futebol brasileiro. Para Alcino, o estabelecimento de novas práticas no futebol

nacional será a maior contribuição do Mundial. “Será necessário repensar o nosso futebol para que ele seja, acima de tudo, mais competitivo no mundo, com grandes clubes e estádios sempre lotados”, diz.

Esse deve ser também o desejo da população brasileira que, mais do que o título, certamente deseja que a Copa do Mundo no Brasil mostre a todos que, além de termos o melhor futebol do mundo, sabemos realizar um Campeonato Mundial de excelente nível, qualidade e organização. Afinal, “nós temos um elemento que vai dar um diferencial para nossa Copa: a paixão do povo brasileiro pelo futebol. Um povo que encherá todos os estádios e saberá recepcionar todas as seleções, por conta do amor que tem pelo futebol”, completa Reis.

CUBA E A

Para os mais otimistas, a mudança de postura da OEA sobre Cuba significa um papel renovado da organização que historicamente não soube firmar seu espaço. No entanto, a sua estrutura institucional, suas resoluções anteriores, amarras normativas e políticas, seguem fundamentalmente vinculadas à administração norte-americana

*Por Carol Proner e Gisele Ricobom**



JUSTIÇA TARDIA

Assistimos surpreendidos acontecimentos internacionais que há pouco eram considerados improváveis e até impossíveis. Com a crise econômica mundial, momento de maior desmoralização do capitalismo depois da recessão americana de 1929, coloca-se em cheque as grandes certezas teóricas do neoliberalismo, do consenso de Washington e das teorias hegemônicas, desnudadas pela realidade. Nas Américas surpreende a recente decisão da Organização dos Estados Americanos (OEA) que anula os efeitos da Resolução 662 de 31 de janeiro de 1962, responsável pela exclusão de Cuba do sistema interamericano em represália à revolução.

Desde sua criação a OEA caracterizou-se pela forte preponderância dos Estados Unidos, contrariando o ideário pan-americano de Simón Bolívar. No contexto da Guerra Fria serviu como instrumento de garantia dos interesses norte-americanos, funcionando principalmente como mecanismo de contenção da “ameaça comunista” em países do continente. Em nome de uma democracia direcionada pelos padrões da potência ocidental, a OEA aprovou, entre outras coisas, uma força de intervenção na República Dominicana em 1965 e convalidou a ação norte-americana na Nicarágua na década de oitenta.

A estratégia de invocação do princípio democrático na história da OEA foi determinante para a exclusão de Cuba em janeiro de 1962 pela Resolução 622.

Naquele momento os Estados membros da Organização entenderam que Cuba “quebraria a solidariedade no continente” ao adotar o marxismo-leninismo. Paradoxalmente a OEA ignorou a existência das ditaduras deflagradas na América Latina.

No último dia 3 de junho, reunidos em Honduras na XXXIX cúpula da OEA, os 34 países votaram pela anulação da resolução de 1962, sem qualquer condicionamento. Os debates foram tensos diante da posição estadunidense de condicionar a revogação ao compromisso de Cuba com a “democracia e a defesa dos direitos humanos”. A secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton chegou a abandonar as negociações em certo momento. A contrariedade, que poderia até ser interpretada como teatralidade do governo Obama na tentativa de resgatar a imagem do país após os estragos da administração anterior, não foi suficiente para impedir a aprovação da resolução retificadora lida em meio a aplausos pela Presidente da Assembléia Geral, a chanceler de Honduras Patrícia Rodas.

No discurso de anúncio, Patrícia Rodas celebrou a decisão como momento histórico somente possível diante da esperança depositada na nova administração estadunidense e na renovação do diálogo intercontinental. Anunciou que os povos das Américas clamam pelo retorno à coerência e ressaltou o papel importante dos 34 países da OEA, que de alguma forma participaram do bloqueio a Cuba, seja

ativamente ou mesmo assinando a ignominiosa e obsoleta Resolução.

Para os mais otimistas, a mudança de postura da Organização significa papel renovado, mais ativo e legítimo da OEA que historicamente não soube firmar seu espaço, engendrando diversos fóruns diferenciados de associação dos países americanos. No entanto, a estrutura institucional da Organização, suas resoluções anteriores, amarras normativas e políticas, seguem fundamentalmente vinculadas à administração norte-americana. A nova declaração não garante o retorno imediato de Cuba à OEA, fato somente possível após solicitação do país interessado e após processo de admissibilidade que, dentre outros critérios, inclui a “cláusula democrática”.

A iniciativa é nobre, reconheça-se, e até mesmo Fidel Castro elogiou o simbolismo do ato creditando-o às novas forças que se levantam para reparar as injustiças do passado. No entanto, a América Latina ainda carece de autonomia para realizar projetos sociais, econômicos e políticos alternativos à visão imperialista de sentido único. Fica a pergunta: por que a Organização esperou 47 anos para tomar esta decisão soberana e reparar essa grave injustiça? O momento é de reflexão e a oportunidade é única para uma mudança substancial nos rumos do continente.

**Carol Proner e Gisele Ricobom são professoras de Direito Internacional e Direitos Humanos da UniBrasil. Artigo extraído da Carta Maior*

O golpe militar em Honduras acontece na contramão do processo de mudanças em curso na América Latina. Mais precisamente, é uma reação das elites hondurenhas aos avanços democráticos que o presidente Zelaya tentava implantar no País



No Passarão!

Por Renata Mielli

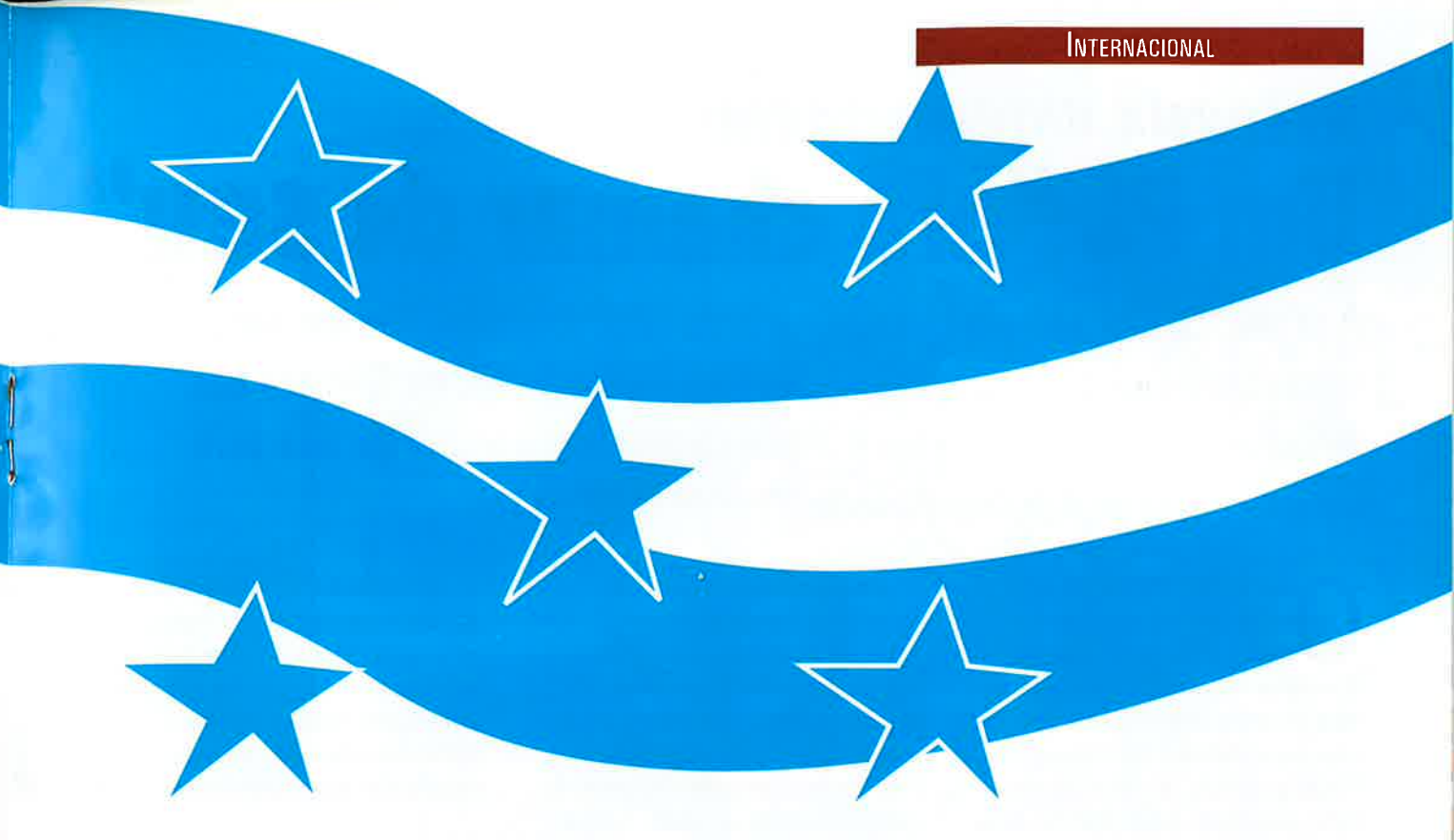
Os países do continente americano e de todo o mundo assistem perplexos aos desdobramentos do golpe militar em Honduras, na América Central. Os hondurenhos ocupam as ruas da capital Tegucigalpa para protestar contra a deposição do presidente Manuel Zelaya e exigir o seu retorno ao país. São recebidos com balas e muita violência pela polícia e pelo exército. Cenas que não combinam em nada com o avanço da democracia no mundo e na América. Até o fechamento desta edição, a situação de Zelaya e de seu país permaneciam indefinidas.

A resistência ao golpe militar de 28 de junho cresce a cada

dia dentro e fora de Honduras. Lá, as manifestações continuam apesar da violência. Pelo mundo, a comunidade internacional faz um cerco ao governo interino de Roberto Michelleti, que não conta com o reconhecimento nem apoio de nenhuma nação ou organismo internacional.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) suspendeu Honduras na noite de 4 de julho, após o governo interino ter se negado a receber o retorno de Zelaya. Essa foi a medida mais grave de governos estrangeiros para isolar o país.

Para o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amo-



rim, Michelleti não resistirá às pressões por muito tempo. “Sem a ajuda econômica do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, sem petróleo e com as relações comerciais suspensas com os Estados Unidos, o regime golpista não vai resistir muito tempo. O resultado disso não se vê em 24 horas, mas também não deve chegar a um mês, apenas alguns dias ou semanas”, afirmou.

No último dia 05 de julho, o presidente Manuel Zelaya tentou sem sucesso retornar ao seu país. O avião em que estava foi ameaçado de ser abatido caso não deixasse o espaço aéreo hondurenho. Desde que foi retirado de sua casa no dia 28, ainda nos pijamas, com uma metralhadora na cabeça, Zelaya tem afirmado ao seu povo e ao mundo que voltará a Honduras para ocupar o cargo que lhe foi designado, democraticamente, pelos hondurenhos.

Solidariedade Internacional

Os movimentos sociais brasileiros lançaram uma nota, no dia 30 de junho, condenando o golpe. “O povo latino-americano vem assistindo e participando do processo de reconhecimento dos seus direitos, que junto com as organizações sociais, sindicais e estudantis vêm construindo processos internacionais e continental de solidariedade. Em decisão soberana, a população hondurenha iria ratificar através de plebiscito a decisão contra o retorno das oligarquias ditatoriais ao poder. Como resposta a esse processo popular, essas oligarquias golpearam duramente tal processo democrático em curso, tentando imobilizar o povo. Esse golpe de estado reacende nossa memória sobre as décadas de ditadura iniciada na década de 60 em toda América Latina. É essa memória de lutas e resistência que nos leva a reforçar e apoiar a luta do povo Hondure-

nho”, salienta a nota que é assinada pela UNE, CUT, Via Campesina, CTB, CGTB, Consulta Popular, Cebrapaz, partidos políticos e outras entidades.

“Os estudantes brasileiros são solidários ao povo de Honduras e ao Presidente Zelaya. A época das ditaduras militares na América Latina já passou”, declarou o diretor de Relações Internacionais da UNE, Alcides dos Anjos Leitão.

Também o líder cubano, Fidel Castro, se pronunciou sobre o golpe em Honduras. “Com esse alto comando golpista não se pode negociar, é necessário exigir a sua renúncia e que outros oficiais mais jovens e não comprometidos com a oligarquia ocupem o comando militar, ou não haverá jamais um governo do povo, pelo povo e para o povo em Honduras. Os golpistas, encurralados e isolados, não têm salvação possível se o problema for encarado com firmeza”, afirmou em nota.

REFORMA UNIVERSITÁRIA: Um PL “pra chamar de seu”

A proposta de Reforma Universitária da UNE foi elaborada em conjuntos com os estudantes e transformada em projeto de lei, na Câmara dos Deputados. O fato simboliza o início de uma nova etapa na luta pela democratização da universidade *Por Deborah Moreira*

O ano de 2009 ficará marcado na história do movimento estudantil como o momento em que os universitários alcançaram uma meta importante na luta por uma universidade mais democrática e com qualidade. No dia 6 de maio, a Proposta de Reforma Universitária da União Nacional dos Estudantes (UNE) se transformou no projeto de lei nº 5.175/09, na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados.

Entre os princípios defendidos pela entidade, contidos no PL que estabelece um novo marco regulatório para o ensino superior, está a universidade pública, democrática, voltada para a sociedade brasileira, sob controle nacional e de caráter estratégico para o projeto de desenvolvimento do País.

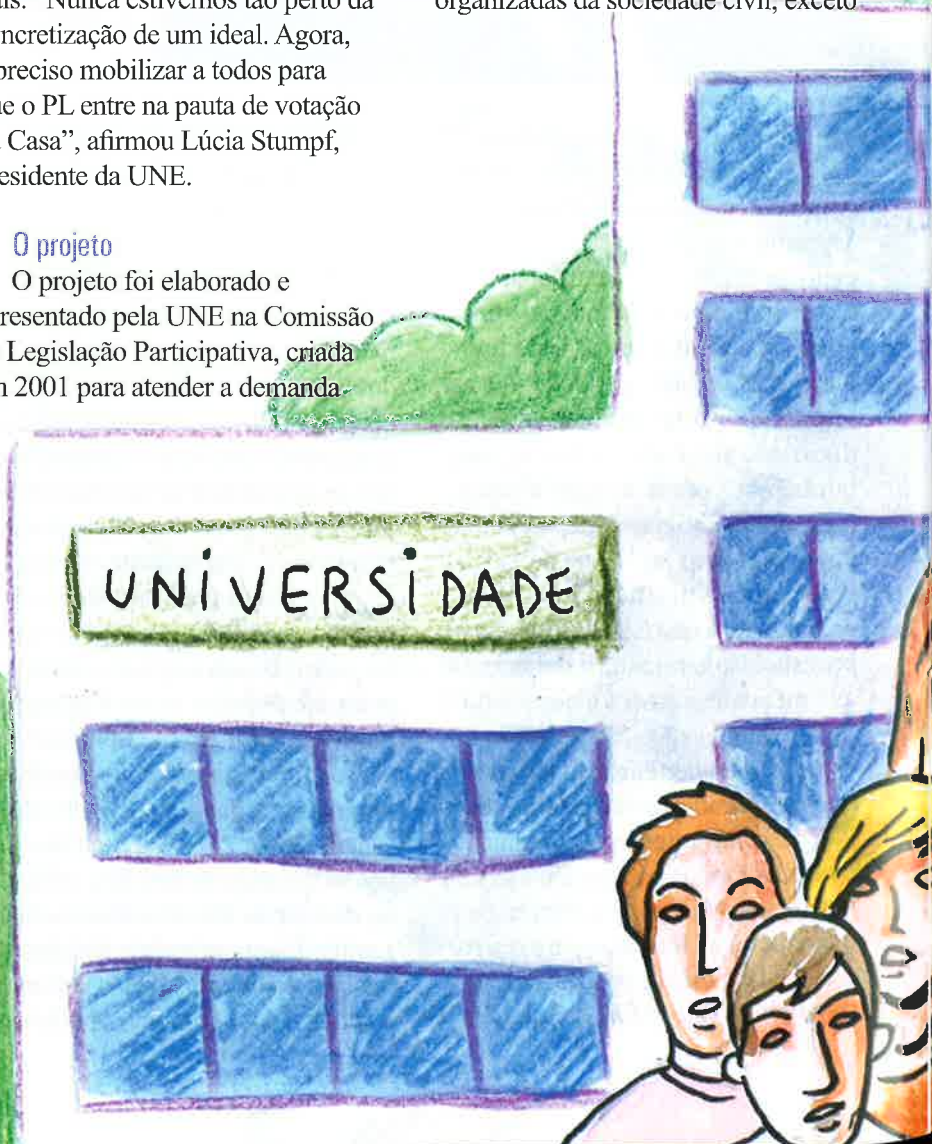
Segundo o relator da Comissão, deputado Roberto Britto (PP-BR), a relatoria decidiu enviar o projeto da forma como foi apresentado para a Comissão Especial da Reforma Universitária por contemplar outras propostas sobre o mesmo tema. “Não há como pensar em reforma universitária no Brasil sem considerar o sentimento daqueles que vivenciam o problema na pele, os estudantes brasileiros, cuja legitimidade representativa pertence à UNE”, justificou Britto.

Desde a primeira proposta de reforma universitária, em 1962, até os dias de hoje foram acumuladas décadas de muita luta por uma reforma que contemple as necessidades de transformação do País. “Nunca estivemos tão perto da concretização de um ideal. Agora, é preciso mobilizar a todos para que o PL entre na pauta de votação da Casa”, afirmou Lúcia Stumpf, presidente da UNE.

O projeto

O projeto foi elaborado e apresentado pela UNE na Comissão de Legislação Participativa, criada em 2001 para atender a demanda

de apresentação de propostas de iniciativa popular. Desde então, a Comissão tornou-se uma peça importante no Legislativo. Somente associações e órgãos de classe, sindicatos e demais entidades organizadas da sociedade civil, exceto





partidos políticos, podem apresentar propostas. Caso seja aceita, é encaminhada, como o PL da UNE, à Mesa Diretora da Câmara e passa a tramitar normalmente nas comissões que analisam o teor do mesmo.

O projeto da UNE foi apensado (anexado) ao PL 4212/2004, que também propõe a reforma universitária, de autoria do deputado Átila Lira (PSB-PI), e encaminhado para a Comissão Especial de Reforma Universitária. De lá, seguirá diretamente para votação em plenário.

Podem existir diversos projetos sobre um mesmo tema tramitando no Congresso. A pesquisa no site da Câmara com os assuntos “Ensino Superior” e “Reforma Universitária” resulta em 63 PL’s. “Neste momento é preciso sensibilizar a sociedade e os movimentos sociais sobre a importância de incluir em suas pautas a reforma universitária. Temos um longo caminho ainda pela frente até que os deputados coloquem o projeto na ordem do dia para votação”, ressaltou Tales de Castro Cassiano, vice-presidente da UNE, que classifica o PL como uma vitória importante para o movimento estudantil.

O diretor de Políticas Educacionais da entidade, Rafael Chagas, aponta uma saída que pode encurtar esse caminho: “Teremos no próximo ano a Conferência Nacional de Educação, onde serão votadas as diretrizes para o próximo Plano Nacional de Educação, que entrará em vigor em 2011. A ideia é levar a reforma como proposta e articular a aprovação do máximo de pontos do nosso texto”.

O Plano Nacional de Educação, criado em 2000 pelo Congresso, instituiu a elaboração de planos decenais de educação. Por isso,

a necessidade de um novo plano daqui a dois anos. Sua criação está prevista no artigo 87 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/96). “Não será fácil, porém, há de ser mais rápido. Temos que lutar por um novo Plano Nacional que atenda o projeto de desenvolvimento do País”, conclui Chagas.

Radicalização da democracia

A essência do PL da UNE, que está dividido em 13 pontos, é a radicalização da democracia dentro da universidade, desde o acesso até a permanência, passando pelo conteúdo oferecido e discutido nas salas de aula. “Quando falamos do acesso, apontamos a necessidade de mudar o vestibular, mas também a criação de mecanismos que diminuam as diferenças entre os alunos das escolas

privadas e públicas. Sugerimos, então, a criação de um fundo para a assistência estudantil e um Plano Nacional que garanta a inclusão do estudante carente”, apontou Carlos Eduardo Siqueira, presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP), que participou do processo de elaboração do projeto.

Atualmente, mesmo que o estudante de baixa renda consiga ultrapassar a barreira acadêmica, se não houver um suporte financeiro ele acaba abandonando antes do término do curso. Os artigos 32 e 33 do projeto propõem a criação do Fundo Nacional de Assistência Estudantil e do Plano Nacional de Assistência Estudantil, respectivamente. O primeiro seria constituído de 1,5% das verbas destinadas à Educação Superior e de 1,5% da arrecadação das Instituições Privadas de Ensino Superior. Já o Plano Nacional deverá garantir o acesso à alimentação, transporte, iniciação científica e material didático ao estudante carente.

Universidade tem que ter autonomia!

Outro ponto importante é a autonomia. “Ficamos satisfeitos com um projeto feito pelos estudantes e que defende a autonomia das instituições, justamente neste momento que discutimos essa questão”, afirmou Ana Deise Rezende Dória, reitora da Universidade Federal de Alagoas e vice-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais (Andifes).

Para garantir a autonomia, o PL prevê a criação de uma lei específica para regulamentar o artigo 207 da Constituição Federal, que dispõe sobre a autonomia e o princípio da “...indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. A



autonomia das instituições sobre as mantenedoras também é defendida no texto, bem como a extinção das fundações particulares pela falta de transparência no uso de recursos e bens públicos. O texto proíbe as mantenedoras de instituições de ensino superior a negociarem capital constituído em ações na bolsa de valores; e exige que o capital social da mantenedora seja totalmente nacional.

“As fundações não são um problema. Mas, sim, a solução. Extingui-las irá desarticular uma parte considerável da universidade. É preciso torná-las públicas, mas sem estatizar, e criar conselhos mistos de fiscalização, com a participação também de estudantes, funcionários e sociedade. Não pode somente ficar nas mãos dos reitores”, questionou o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), autor do PL nº 375/2005, que dispõe sobre a Educação Superior, onde defende a vocação profissional, boa remuneração dos professores, reconhecimento público, entre outros pontos. “A reforma deve ocorrer sob o ponto de vista do cidadão, que sempre deve ser visto como estudante, visando seu desenvolvimento cultural, econômico e social e, consequentemente, o crescimento do País”, afirmou o senador.

Com relação ao financiamento, o artigo 7º do PL da UNE prevê a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e a aplicação mínima de 75% do orçamento da Educação no ensino superior na busca pela autonomia. Outro ponto defendido é destinar à Educação 50% da receita da exploração da camada pré-sal de petróleo. Além disso, também prevê o financiamento público das instituições estaduais e municipais

ProUni

O Programa Universidade para Todos (ProUni) faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação e é um exemplo de assistência estudantil defendida pelo movimento. Desde quando foi criado, em 2005, já ofereceu 796 mil e 218 bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes carentes (com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos) que querem ingressar numa faculdade privada.

Dados divulgados recentemente, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), demonstram que os bolsistas tiveram nota igual ou superior aos demais estudantes no Exame Nacional de Avaliação do Desenvolvimento do Estudante (ENADE) de Ensino Superior. Os dados comprovam a importância do investimento em



políticas públicas que favoreçam a permanência nos cursos e conclusão dos mesmos.

Mas, depois de quase cinco anos de ProUni, o número de jovens ingressando na universidade é muito baixo, apenas 12%, segundo dados do Censo Educacional de 2007. E poucos são os que conseguem concluir. Por isso, além de ampliar o número de bolsas, é preciso criar mecanismos para custear transporte, alimentação e moradia dos bolsistas durante o período da graduação para reduzir a evasão no programa.

Uma nova oportunidade para refletir sobre o programa acontecerá nos dias 16 e 17 de julho, no primeiro Encontro Nacional dos Estudantes do ProUni, durante o 51º Congresso da UNE, em Brasília. O evento contará com a presença do presidente Lula e de prounistas de todo o País.

Um histórico de lutas pela reforma

Foi durante o governo do presidente João Goulart (1961-1964) que surgiu o primeiro texto sobre reforma universitária. O próprio presidente pediu à UNE um projeto para o governo brasileiro implantar, nos moldes das reformas de base promovidas por ele, como a agrária e a trabalhista.

Nessa época, a entidade já tinha 25 anos de atuação, tendo encabeçado grandes campanhas como “O Petróleo é Nosso”, a gratuidade do ensino e a defesa da escola pública. Durante o governo Jango, que abriu espaço para os movimentos sociais, a entidade integrou a Frente de Mobilização Popular, juntamente com outras grandes instituições brasileiras para defender mudanças sociais profundas como a reforma universitária, que acabou se tornando a principal bandeira de luta nos anos 1960.

Nesse cenário de radicalização

política, surgiu o Centro Popular de Cultura (CPC) e a UNE volante, uma caravana que tinha como meta principal a disseminação, nos estados, do movimento de cultura popular desenvolvido pelo CPC.

Além disso, a primeira caravana organizada pela UNE aproveitou a oportunidade do contato direto com milhares de estudantes de todo o País para colher colaborações para o projeto de reforma universitária encomendado por Jango. O projeto foi baseado no Manifesto de Córdoba, redigido pelos universitários argentinos, em 1918, que previa uma instituição mais livre e mais autônoma. No entanto, o golpe militar sofrido por João Goulart impediu a concretização da proposta dos estudantes brasileiros.

O movimento estudantil foi duramente perseguido pela ditadura militar, instaurada com o golpe de 1964, que levou a UNE a sobreviver na clandestinidade. “Nunca mais tivemos a oportunidade de elaborar um novo projeto ou mesmo de parar para recuperar o que já havia sido feito. Fomos obrigados a resistir, a sobreviver na clandestinidade e a lutar contra as crescentes desigualdades”, lembrou Stumpf.

Com a redemocratização, na década de 1980, a UNE conseguiu se reerguer, mas encontrava-se fragilizada e sem estrutura, ainda, para retomar com força o debate da reforma universitária.

No final dos anos 80, a agenda neoliberal tomou conta do Brasil e se iniciou o processo de desmonte do ensino público. O momento político era de resistência. Logo depois, vieram os dois mandatos tucanos de Fernando Henrique Cardoso, que incentivaram a mercantilização do ensino superior com a multiplicação de estabelecimentos desqualificados. Não havia espaço para o diálogo e

proposição de uma agenda avançada. A tarefa colocada ao movimento estudantil era impedir a privatização das universidades públicas.

O cenário se alterou com a eleição, em 2004, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que inaugurou uma nova agenda política para o País, abrindo maior espaço para o diálogo entre governo e sociedade.

Num ambiente mais aberto a mudanças e propostas, a UNE se dedicou a construir uma nova proposta para a universidade brasileira, que colocasse essa instituição em sintonia com um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil. Foi assim que, em abril de 2004, a UNE percorreu o País com a “Caravana UNE pelo Brasil”, que visitou mais de 30 instituições e promoveu debates sobre os novos rumos para a universidade.

Uma nova chance

Em 2006, os estudantes ocuparam as ruas para exigir a reforma universitária. O governo federal, atendendo a pressão, redigiu e encaminhou à Câmara o PL 7200/2006, que contou com colaborações da sociedade civil. Mas, a última versão que saiu do gabinete do Executivo era insuficiente. Tantos os estudantes, quanto o governo e donos de estabelecimentos particulares não se interessaram. “Por muito tempo batalhamos pela melhoria desse projeto, mas como não foi possível, acabou sendo engavetado. Foi então que decidimos que era o momento de fazer o nosso próprio”, lembrou Stumpf.

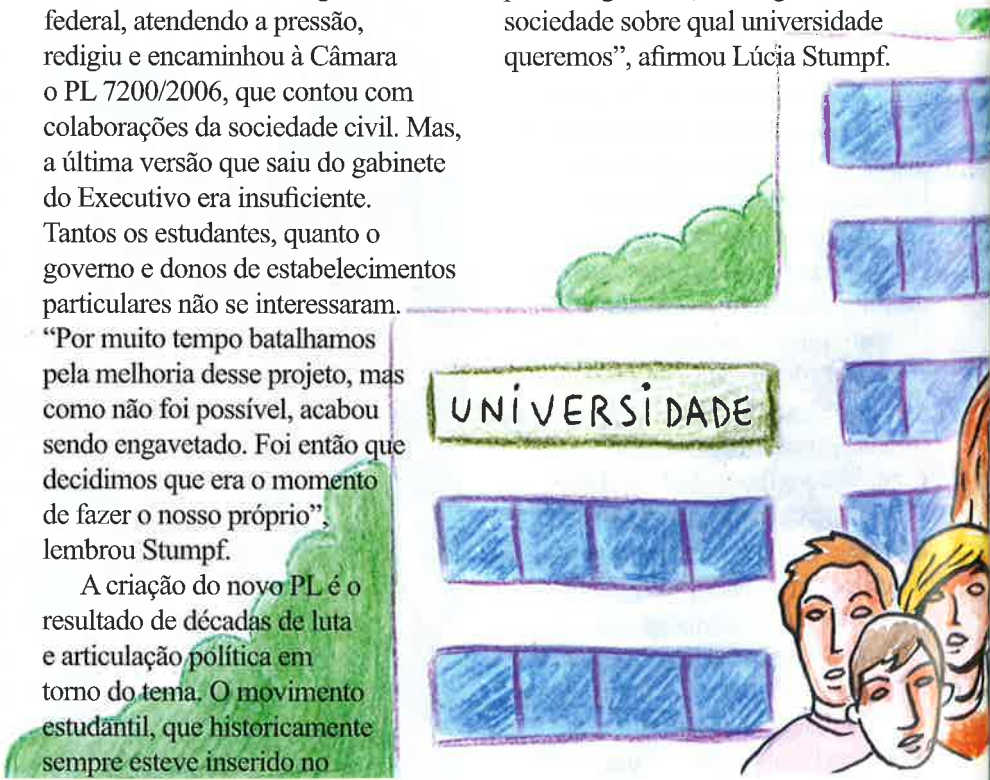
A criação do novo PL é o resultado de décadas de luta e articulação política em torno do tema. O movimento estudantil, que historicamente sempre esteve inserido no

cenário das lutas sociais, teve a ainda mais protagonismo e conquistou um importante espaço na luta por um novo projeto de desenvolvimento para o País.

Entre agosto e novembro de 2008, a entidade pegou novamente a estrada com sua “Caravana da Saúde, Cultura e Educação”, que tinha como objetivo trazer à tona os temas da reforma, sob a ótica da juventude.

Durante a caravana foi apresentado um anteprojeto, feito pelos Diretórios Centrais de Estudantes de todo o País, que recebeu adendos durante os quatro meses de debate. “Foi um processo legítimo, que acabou gerando um novo texto que, por sua vez, foi levado ao CONEB – Conselho Nacional de Entidades de Base, onde foi apreciado e aprovado”, explicou a presidente da UNE.

O desafio do próximo período é levar adiante essa bandeira e lutar pela aprovação do projeto. “Temos que aproveitar esse momento para pautar o governo, o Congresso e a sociedade sobre qual universidade queremos”, afirmou Lúcia Stumpf.



Um Ano de Reuni

Brasil adentro

Que mudanças o programa do MEC, que conta com a adesão de todas as IFES do País, vem desenvolvendo nesse seu primeiro ano de implantação

Por Alessandra Terribili

Um ano de Reuni – Programa de Apoio a Programas de Reestruturação de Universidades Federais – já está trazendo mudanças para o ensino superior no Brasil. Em fase de implantação (as metas devem ser cumpridas ao longo de 5 anos), o programa avança no objetivo de “interiorizar” as universidades brasileiras e promover uma expansão de vagas combinada com uma elevação na taxa média de conclusão dos cursos de graduação.

O decreto 6.096/07, que criou o Reuni – assinado pelo Presidente Lula no final de abril de 2008 – é apenas uma das ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). A adesão ao programa se deu de forma voluntária por cada universidade, e a ela estava vinculada um aporte de até 20% no orçamento, de acordo com o cumprimento das metas previstas para cada ano.

Todas as universidades aderiram ao Reuni. No entanto, pela própria natureza do programa, a implantação vem se dando de forma diferenciada em cada instituição, de acordo com

metas e propostas apresentadas por cada uma, considerando suas especificidades e contemplando as regionalidades.

Ao aderir ao Reuni, as universidades deviam apresentar ao MEC um plano de reestruturação com metas de expansão a serem atingidas ao fim de cinco anos. Um objetivo

central do programa é justamente a ampliação da oferta de vagas nas instituições federais de ensino superior (IFES), especialmente em cursos noturnos e nas licenciaturas.



Expansão com reestruturação

O professor Arquimedes Ciloni foi reitor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) por duas gestões e presidiu a Andifes – Associação Nacional dos Dirigentes de Intituições Federais de Ensino Superior – de maio de 2007 a maio de 2008, justamente no período final de construção do Reuni e sua pré-implantação. Ele diz que se trata do maior programa de inclusão social pela via da educação que já houve: “As universidades tinham seus planos de expansão e de reestruturação desde 1998, mas não havia nenhum apoio por parte do governo”, diz ele. “Quando o MEC, já sob o governo Lula, apresentou seu projeto de interiorização do ensino superior no Brasil, foi um bom momento para implementarmos o que já vínhamos elaborando”.

A expansão de vagas exige uma reestruturação de cada universidade, para receber novos alunos, incorporar novos cursos e áreas de conhecimento, e para integrar essas áreas. Porém, depois de 20 anos sem nenhuma iniciativa coordenada visando a essa ampliação, os problemas não se resolvem imediatamente.

No caso da UFRJ – uma das mais antigas universidades brasileiras – as dificuldades vinham de longa data. Sendo assim, era necessário um plano de médio prazo para contorná-las. “Em universidades mais antigas, a situação é mais crítica”, diz Ana Maria Ribeiro, ex-dirigente do Sintufj, atualmente representante dos técnico-administrativos no Conselho de Ensino de Graduação. “Infelizmente, ao longo das duas últimas décadas, se focou na pós-graduação em detrimento da graduação, e a evasão passou a ser parte do processo, permitindo a redução do número de alunos e dedicação de espaço e de

carga docente”, afirma. “Mudar essa lógica não está sendo fácil”, completa.

Já a UnB discutiu a adesão ao Reuni de uma maneira bastante diferenciada: no bojo da crise gerada pela ocupação da reitoria, que culminou com a renúncia do então reitor. Raul Cardoso, diretor do DCE da UnB e membro da comissão permanente de acompanhamento do Reuni na universidade, conta que as obras de ampliação já estão sendo realizadas para receber os novos alunos. Entre elas, a ampliação da moradia estudantil e do refeitório universitário. “Essa foi uma grande vitória do movimento, o investimento na assistência estudantil”, lembra ele.

A interiorização da Universidade

Pouco se fala sobre isso, mas um dos movimentos mais marcantes dessa expansão, que vem de antes do Reuni, é o processo de interiorização da Universidade brasileira. “Em 2002, eram 70 cidades que abrigavam IFES”, explica o professor Arquimedes. “Hoje, com esse processo de expansão, interiorização e o Reuni, são mais de 300 cidades”, diz.

Na Universidade Federal do Espírito Santo, o projeto de interiorização mudou a cara da universidade. Dos 23 novos cursos criados desde 2005, 12 foram no interior do estado. O pró-reitor de Planejamento, professor José Eduardo Macedo Pezzopane, afirma que apenas 5% das vagas oferecidas pela UFES eram no interior. Hoje, esse percentual subiu para 31,6%.

O professor Arquimedes destaca que essa multiplicação de cidades-pólo que recebem IFES contribui também para combater a evasão, problema importante do ensino superior no Brasil que o Reuni também busca resolver. “Se o aluno não tem que se deslocar, ou pelo menos, não tem que se deslocar

muito, é mais provável que conclua o curso”, afirma ele.

O problema da evasão não vem de hoje. Os números são altíssimos, da ordem de 40%, segundo números do MEC. A meta do Ministério é que, até 2012, esse índice caia para 10%. Desses 40% que evadem, metade deles o faz por não ter condições de se manter na universidade.

No enfrentamento dessa evasão, portanto, o Plano Nacional de Assistência Estudantil cumpre um papel fundamental. A necessidade de haver o Plano, com rubrica específica de R\$ 200 milhões, foi uma das principais resoluções do Congresso da UNE de 2007. Em 2008, o Plano foi conquistado. “Hoje é preciso avançar em relação a ele”, afirma Lúcia Stumpf, presidente da UNE. “O plano atual prevê investimento em estrutura, como moradia e RU’s, mas o projeto de Reforma Universitária da UNE demanda que sejam incorporados aí bolsas para os estudantes de baixa renda”, completa ela.

Expansão com qualidade

Uma das principais polêmicas travadas nas universidades de todo o País, quando da aprovação dos planos de reestruturação e expansão, eram sobre as condições que seriam proporcionadas para promover a expansão sem perder qualidade.

Para o professor Pezzopane, da UFES, as dificuldades precisam ser enfrentadas com vistas a haver mais estudantes nas universidades federais. “Não podemos esperar os níveis de excelência chegarem para começar a promover essa ampliação”, opina ele.

No caso da UFES, ele admite que as primeiras turmas “sofrem”, já que a universidade não está integralmente preparada para recebê-las. Lá, por exemplo, as contratações de professores, embora encaminhadas, ainda não se materializaram em

AGORA É PARA TODOS

Antônio Cruz/ABR



A presidente da União Nacional dos Estudantes em solenidade de divulgação dos dados do Reuni

nomeações, o que tem causado alguns contratemplos. Porém, o professor Pezzopane destaca que o Reuni é um projeto em consolidação, e tudo indica que responderá a essas dificuldades no período estipulado para o cumprimento das metas.

Um risco apontado pelos críticos do programa é o de precarizar o ensino nas IFES a partir de uma ampliação de vagas feita por meio de cursos de curta duração ou de orientação meramente mercadológica. Juliano Medeiros, diretor de movimentos sociais da UNE, usa o exemplo da UFRGS para ilustrar essa preocupação: “Lá, a expansão via Reuni se deu, principalmente, através desses cursos de tecnólogos de curta duração”. Para ele, a qualidade de ensino fica comprometida não apenas quando a estrutura não acompanha a ampliação, mas também quando se abrem cursos sem relevância social ou meramente voltados a atender demandas de mercado. “A UNE tem defendido uma necessária reestruturação curricular na IFES”, diz ele, “mas essa bandeira não está garantida pelo Reuni, que permite abertura de cursos de forma indiscriminada”.

Para Ana Maria Ribeiro, sem formação e visão crítica, não há qualidade de ensino. “Não é só a quantidade de alunos em sala, e sim,

a qualidade da formação docente, o nível de comprometimento desses docentes com a transformação da sociedade”, diz ela.

Rafael Chagas, diretor de políticas educacionais da UNE, diz que a qualidade do ensino faz parte da disputa que ainda cabe ao movimento estudantil fazer dentro de cada universidade. “Cursos sem qualidade já existiam antes do Reuni, então, devemos disputar dentro de cada universidade o caráter e o conteúdo dos cursos novos”, afirma.

Um ano só, mas mais pela frente

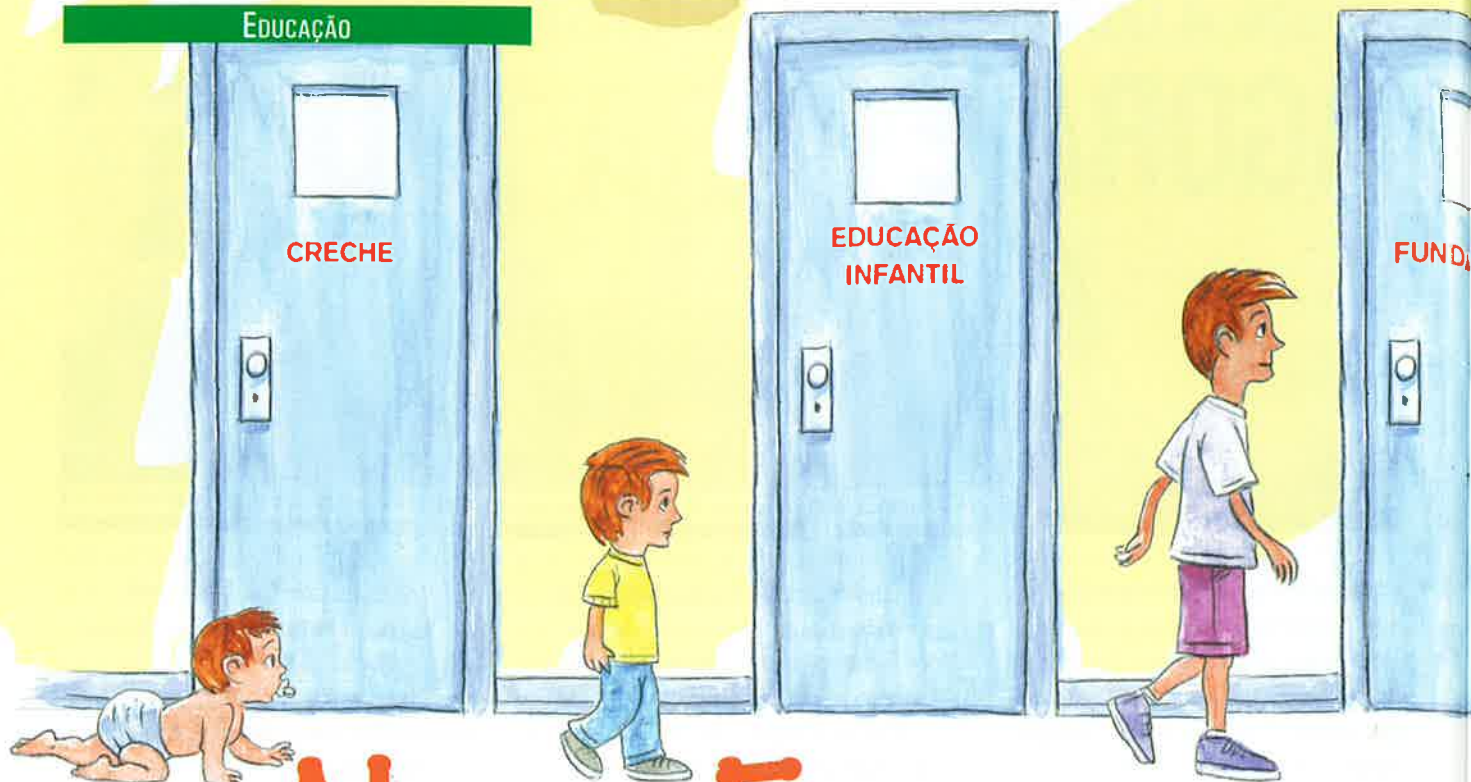
A disputa a ser feita nas universidades está no centro das expectativas quanto ao desenvolvimento do Reuni. “A disputa em cada universidade mostrou que os conselhos universitários não assimilaram as propostas históricas do movimento estudantil”, aponta Juliano Medeiros. “É preciso combater as medidas presentes no Reuni que precarizam o ensino, e usar os recursos para construir expansão com qualidade”.

Para Rafael Chagas, o sucesso do Reuni depende de esforços do movimento estudantil. “A disputa mais importante não se deu na aprovação do Reuni nos conselhos universitários, mas sim, se dará em cada fase da implementação do projeto nos próximos 5 anos”, diz

ele. Rafael afirma que é possível verificar que as mudanças já estão acontecendo: “As verbas estão chegando, prédios estão sendo construídos, contratações estão sendo encaminhadas”.

A disputa em cada universidade se choca com um problema fundamental que o ensino superior no Brasil ainda não conseguiu superar: as estruturas de poder ainda burocratizadas e autoritárias. “As universidades definem seus planos, mas a maioria delas discute isso em espaços em que os estudantes mal podem ser ouvidos”, afirma Raul Cardoso, do DCE da UnB. “A própria autonomia universitária demanda a democratização das estruturas de poder”, completa Rafael Chagas.

As mudanças mais visíveis que o Reuni possibilita já se refletem na vida dos novos estudantes Brasil afora. A partir de agora, essas mudanças devem ser orientadas para, qualitativamente, se somarem à transformação geral do País. “Foi uma honra ter participado tão diretamente da experiência do Reuni, pois estamos ajudando a escrever uma nova história”, aposta o professor Arquimedes. A UNE espera que sim, e seguirá de olho para que o Reuni se concretize como um programa de democratização e de fortalecimento da Universidade pública brasileira.



Novo Enem

Expansão e reestruturação

*Por Aloísio Teixeira

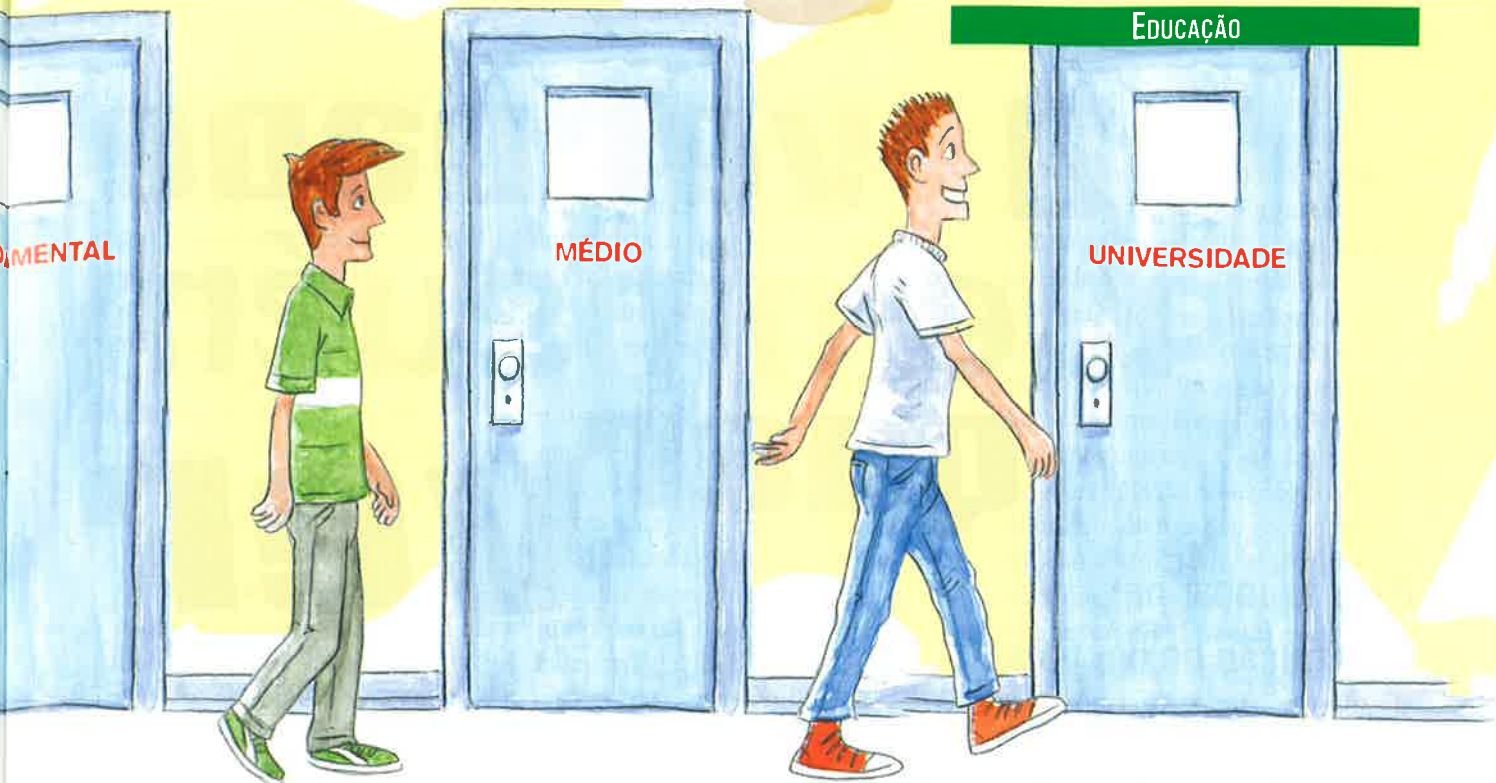
"Para haver ensino primário, é necessário que exista antes o secundário, e para que o secundário funcione, é preciso que existam universidades"
(Anísio Teixeira)

Temos um problema - reconhecê-lo é um passo importante para resolvê-lo. O sistema brasileiro de educação superior é um dos mais excludentes do mundo. Apenas 13% dos jovens entre 18 e 24 anos nele estão matriculados e menos de um quarto em instituições que articulam ensino, pesquisa e extensão com qualidade; a maior parte delas são as universidades públicas.

Nos países mais desenvolvidos da América do Norte, da Europa e da Ásia, os percentuais alcançam 70% ou mais. Na América Latina, a média é superior a 30%. Esse quadro agravou-se nos anos 90, quando acelerou-se o processo de encolhimento do segmento público. O governo da época via o investimento no ensino superior como um gasto,

submetido a critérios de "eficiência" e "produtividade". O argumento era o de que a prioridade deveria estar voltada para a educação básica, e não para a superior, em vez de considerá-las como partes indissociáveis de uma mesma estrutura, como alerta Anísio Teixeira há mais de 70 anos.

Alguma coisa mudou nos últimos anos: reabriu-se o diálogo entre o MEC e as universidades, foi-se o tempo das intervenções, respeitou-se o direito das universidades federais de escolher seus dirigentes, as propostas apresentadas pelo MEC foram prévia e amplamente divulgadas e discutidas publicamente, recuperaram-se orçamentos, retomaram-se concursos para contratação de docentes, criaram-se novas universidades federais e



novos campi. O sistema público federal de educação superior está recuperando o protagonismo perdido.

A parte mais significativa, porém, constitui-se dos programas de expansão e reestruturação nas universidades, agora combinados com o novo Enem. Muitos ainda acreditam que o “vestibular” é um “mal necessário”. Mas ele é muito mais que isso: é parte do mecanismo perverso de exclusão e promoção da desigualdade. E, como tal, deve ser enfrentado e superado. Já há relativa consciência do problema. Instituições vêm adotando mecanismos alternativos e complementares ao vestibular: cotas raciais, sociais ou para escola pública, utilização total ou parcial do Enem, sistemas de bônus em pontuação, avaliação paralela na rede do ensino médio.

A proposta do MEC - usar o Enem como subsídio para o acesso às universidades federais - pode ser o ponto de partida para a revogação desse mecanismo perverso, para a democratização do acesso e para

a consolidação do caráter público dessas instituições. Sobretudo porque é parte indissociável do processo de expansão e reestruturação em curso, que já aponta para a duplicação do número de vagas no sistema federal. Mais vagas, mais recursos, novos mecanismos de acesso e políticas ativas de assistência estudantil é o caminho trilhado.

Essas mudanças não poderiam deixar de gerar dúvidas e resistências. Devemos enfrentá-las com a certeza de que se trata de uma proposta em construção para ser testada desde já e aperfeiçoada com a experiência. Um ponto pode ser indicado: estender a prova a todos os anos do ensino médio, para que se possa utilizar não apenas o resultado de uma única bateria de exames, mas o de três anos. Do ponto de vista didático-pedagógico, isso eliminaria os problemas de um processo de avaliação de mérito em uma única rodada de provas, além de potencializar o impacto nos

currículos do ensino médio.

Não devemos esperar resultados imediatos em termos de modificações da composição social ou da distribuição regional dos novos ingressantes. Os resultados virão em prazos mais longos, desde que tenham continuidade as políticas de expansão e que os mecanismos inovadores de ingresso sejam aperfeiçoados. Tudo isso é só o começo. À medida que a sociedade consolide a consciência de que esse é o caminho para a construção de uma nação soberana e progressista e de uma sociedade democrática e socialmente justa, o que agora é apenas um programa de governo poderá tornar-se uma política de Estado, impossível de ser revogada, quaisquer que sejam os governos.

**ALOISIO TEIXEIRA, doutor em economia pela Unicamp, é professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e reitor dessa universidade. Publicado no jornal Folha de S.Paulo*

a verdade que ninguém quer ver

Para avançar na construção de um país sem discriminação, um passo importante deve ser dado pela sociedade e pelo Estado: reconhecer que ela existe no Brasil. As políticas afirmativas, particularmente as cotas, são uma das formas de reparar a dívida histórica da sociedade com os negros e índios. E onde elas estão sendo aplicadas, estão tendo resultado altamente positivo. Só não vê quem não quer

Por Daniele Moraes

Por vezes parece impossível compreender a dificuldade que muita gente tem em aceitar o fato de que no Brasil ainda existe racismo e de que até hoje não conseguimos sanar a nossa dívida histórica com a população afrodescendente. O senso comum é de que, após a abolição da escravatura, ocorrida há pouco mais de cem anos, os negros foram imediatamente inseridos na sociedade em condições de igualdade e que se encontram hoje em possibilidade plena do exercício de sua cidadania. Como seria bom se isso de fato tivesse acontecido.

A partir da luta contra o preconceito e a discriminação, que busca de desnudar a realidade enfrentada pelos negros no País, surgiram as primeiras iniciativas de formulação de políticas afirmativas. Entre elas, as políticas de cotas ou reserva de vagas nas universidades brasileiras que, além da inclusão social, buscam, por meio do recorte étnico, garantir o acesso ao ensino superior a uma parcela da população que antes nem sonhava em frequentar uma faculdade.

Aprovado!

Experiências positivas demonstraram a eficiência das iniciativas e a capacidade transformadora dos processos de inclusão. Isso pode ser observado nos resultados das avaliações e do acompanhamento do desempenho dos estudantes cotistas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Entre 2003 e 2007, a evasão entre os cotistas na UERJ foi de 13% e entre os alunos não cotistas o índice foi de 17%. Outro exemplo é o da Universidade Federal da Bahia, na qual em 2005 os cotistas conseguiram rendimento igual ou melhor do que os não cotistas. Em 11 dos 18 cursos de maior concorrência, os cotistas se saíram melhor em 61% das áreas.

Entretanto, apesar dessas e de outras inúmeras referências positivas, as cotas, em especial as raciais, ainda geram polêmica e enfrentam a resistência das parcelas mais conservadoras da sociedade. A negação do processo de discriminação vivenciado especialmente pelos negros no País,

talvez venha da própria dificuldade da sociedade brasileira em aceitar o seu passado explorador, escravocrata e, principalmente, de compreender que é necessário que todos tenham de fato oportunidades. O que muitas vezes significa que as velhas instâncias de poder e conhecimento, anteriormente restritas a uma parcela específica da população, devam se abrir para todos, em iguais condições de disputa.

A elite está incomodada

A questão se torna mais acirrada quando trata-se de vagas em universidades públicas, até então redutos elitizados. Com isso, é preciso questionar: será que a sociedade brasileira está de fato preparada para a democratização do acesso da população ao saber? Será que as classes altas e médias estão dispostas a não fazer mais da educação um fator de divisão de trincheiras sociais no País?

Segundo o historiador norte-americano George Reid Andrews, professor da Universidade de Pittsburgh e autor de livros sobre o Brasil, o movimento negro no País foi responsável por “conquistas extraordinárias” ocorridas nos últimos anos.

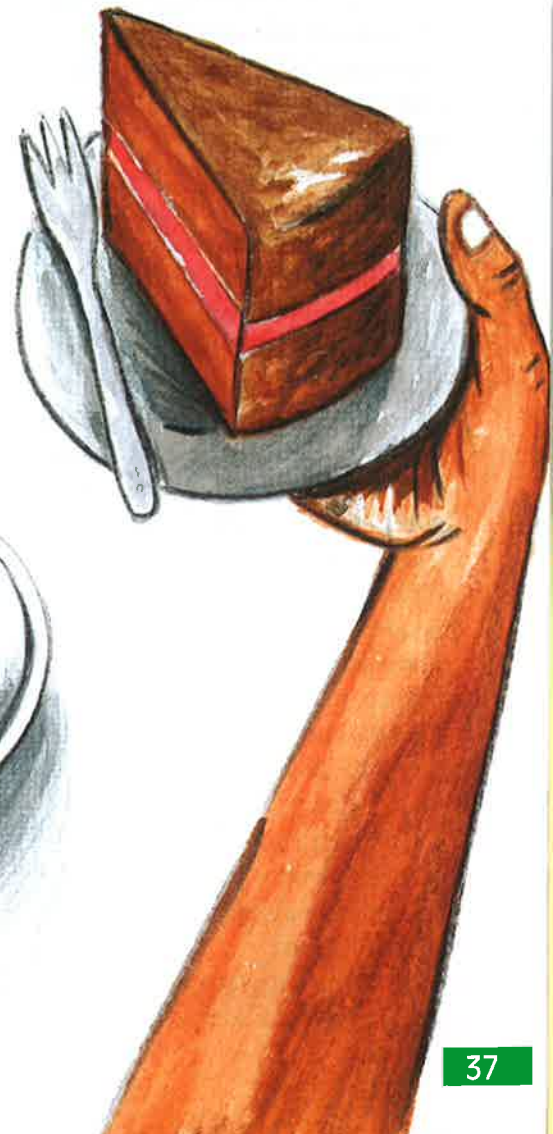
“Questionaram a imagem dessa sociedade como uma democracia racial e convenceram os presidentes recentes (FHC e Lula) a reconhecerem a realidade das desigualdades e discriminações raciais

e a proporem políticas para combater esses problemas, algo absolutamente impensável no País dos anos 80”, afirmou em entrevista ao jornal *O Estado de S.Paulo* (junho/2009).

Andrews ressaltou ainda que, conforme dados oficiais do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), nos últimos 30 anos o Brasil efetivamente já é uma sociedade bicolor. “Pardos e pretos experimentam níveis de desigualdade e discriminações bastante parecidos e o IBGE juntou os dois grupos numa só categoria de “negros”. Criar um sistema de cotas dividido em brancos e negros seria reconhecer a realidade social e racial do País. A sociedade brasileira não pode deixar de responder às marcadas e seculares desigualdades raciais que

a afligem”, acredita.

A questão das cotas raciais também foi abordada em recente artigo publicado na *Folha de S.Paulo* (junho/2009) e assinado por Élio Gáspari. Segundo o colunista, “de todas as mandingas lançadas contra as cotas, a mais cruel foi a que levantou o perigo da discriminação, pelos colegas, contra os cotistas. Caso de pura transferência de preconceito. Não há notícia de tensões nos campus. Mesmo assim, seria ingenuidade acreditar que os negros não receberam olhares atravessados. Tudo bem, mas entraram para as universidades sustentadas pelo dinheiro público”.



A luta no Senado

Evidentemente, as distorções e disputas ideológicas e culturais estão refletidas também no Parlamento brasileiro. Neste sentido, tramita atualmente no Congresso Nacional um Projeto de Lei que busca regulamentar a política de cotas e propõe a reserva de 50% das vagas nas universidades e escolas técnicas federais para estudantes de escola pública – sendo que metade deles com renda familiar (por pessoa) de até 1,5 salário mínimo e um percentual variável por estado para alunos negros, pardos e índios. O PL recebeu parecer favorável da Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), responsável pela relatoria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. Entretanto, ainda não foi votado e não há garantias de que seja aprovado.

Dessa forma, com muita mobilização e luta, os movimentos sociais e estudantis têm procurado convencer os parlamentares da importância do Projeto, de seu significado e impacto positivo na sociedade. Contudo, há grande resistência. A Senadora Serys sabe que o projeto é polêmico e afirma que é difícil fazer uma previsão sobre sua aprovação ou rejeição. Ela acredita que, seja qual for o resultado, haverá uma margem pequena de diferença de votos nesta definição. “Eu quero que aprove, mas não é fácil, não”. “Há uma dívida muito pesada, no meu ponto de vista, com o negro no Brasil. Foram 5 milhões de negros que vieram para cá nos porões de navios. Quantos e quantos milhares não ficaram afogados pelos mares?”, disse.

É preciso destacar, entretanto, que ao menos a aceitação das

políticas afirmativas que têm recorte social avançou no Brasil. Uma constatação importante que, apesar de não resolver todos os problemas, já caracteriza uma situação em que não se pode mais “tapar o sol com a peneira”, como se diz por aí. A realidade da grande maioria da população, excluída e sem oportunidade, não consegue mais ficar escondida e fez com que algumas coisas já se transformassem.

A posição é ratificada pelo presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas, Ismael Cardoso. Segundo ele, hoje a polêmica não está mais em reservar vagas para estudantes de escolas públicas, mas, sim, para negros. “Nós achamos que historicamente a universidade brasileira tem excluído os negros dos espaços mais privilegiados de conhecimento”, afirmou.

Ismael acredita que parte do combate ao racismo existente no Brasil é dar oportunidade aos negros e negras de acesso ao ensino superior público. “Se você pega a relação de negros hoje na universidade é muito diferente da proporção que tem na sociedade. A UFBA (Universidade Federal da Bahia), localizada no maior estado negro fora da África, não tem 20% de seus alunos negros”.

Ele destaca, ainda, que não há questionamento por parte da elite em relação à reserva de vagas com recorte racial para os estudantes que entram na universidade privada em função do Programa Universidade Para Todos (ProUni). “A mesma elite que se preocupa com a universidade pública, não se preocupa com as cotas raciais do ProUni. Porque do ponto de vista da excelência educacional as universidades privadas não chegam

perto das federais, por exemplo. Portanto, há também um problema de disputa de espaço dentro da universidade pública brasileira”.

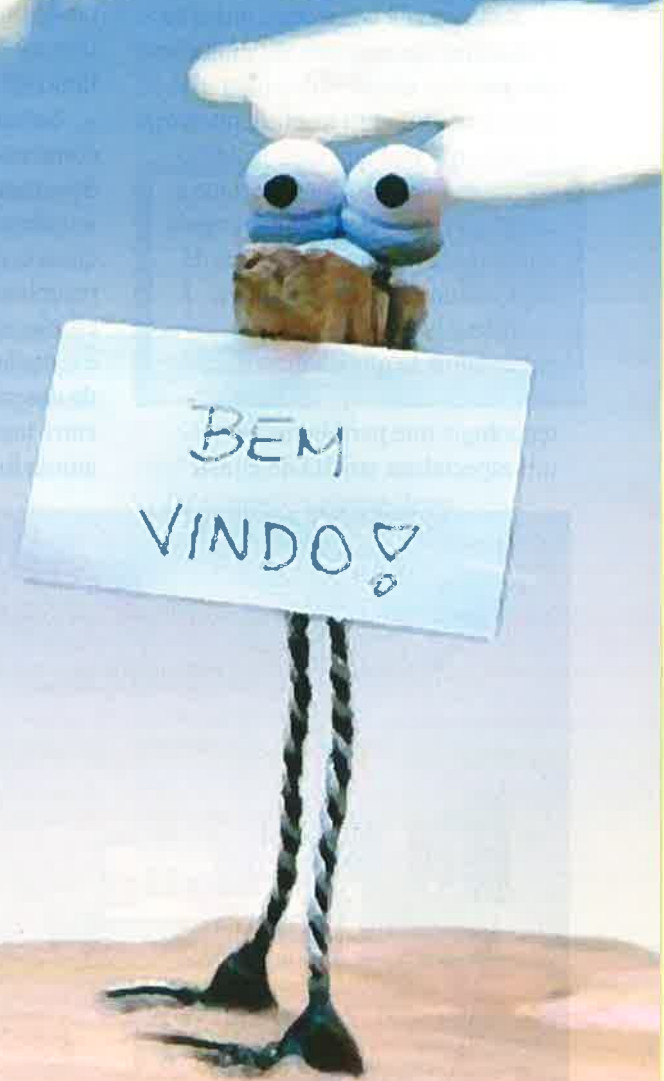
Uma coisa é certa, enquanto o Brasil, em todas as suas esferas de decisão e conhecimento, sejam elas públicas ou privadas, não se conscientizar da necessidade de resgatar a dignidade e o valor de todos, será muito difícil transformar nosso País na nação que todos esperam que seja: justa, democrática e menos hipócrita.



VAMOS Anímar!

Movimento mergulhou no mundo da animação, uma área que envolve criatividade, talento, conhecimento técnico e muita dedicação aos mínimos detalhes. Ramo em expansão no mercado audiovisual, as animações conquistam cada vez mais público, de crianças e adultos. Pena que não chegamos, ainda, a um futuro onde as revistas possam ser animadas. Nossa vontade era compartilhar os vários vídeos, filmes e desenhos que assistimos para construir essa reportagem. Mas, todos eles estão a um clique de distância do seu mouse. Anime-se!

Por Sandra Cruz



Foi-se o tempo em que desenho animado era coisa de criança. Atualmente, ao assistir uma super produção como a Era do Gelo III, é comum ver marmanjos se divertindo tanto quanto os filhos – até porque muitas das piadas e sacadas do roteiro (por vezes com críticas e tiradas políticas) são especialmente desenvolvidas para o público ‘adulto’. E o que dizer de “Persépolis”, uma animação franco-iraniana baseada em quadrinhos que retratam a infância da autora, em um Irã que mergulhava na brutalidade do regime islâmico?

Animação é coisa séria. Imagine e visualize: os incríveis segundos em que dois esquilos disputam a amêndoa como um tesouro, ou que duram uma violenta manifestação em Teerã mostram como técnica e criatividade não se descolam nesse ramo, que movimenta milhões de dólares anualmente no mundo.

Essa é uma atividade extremamente globalizada, se considerarmos os avanços da tecnologia que permitem que um especialista em 3D do Brasil

crie os movimentos ideais para o personagem inicialmente feito por um desenhista canadense e que será dublado por um americano. Sem contar que o roteiro pode ser obra de outra pessoa de nacionalidade europeia. Soa exagerado? Nem tanto para quem conhece de perto o mundo da animação.

O carioca Carlos Saldanha é o diretor da trilogia “A Era do Gelo”, cujos primeiros episódios foram fenômenos de bilheteria. Mas Saldanha não é o único brasileiro trabalhando em sólo norte-americano - ele tem contêrrâneos também na Dream Works e na Disney-Pixar, dois dos mais famosos estúdios.

Se estamos falando da era contemporânea e moderna, dos desenhos tridimensionais que agora inundam as principais salas de cinema com produções 3D, é preciso reconhecer e agradecer quem fez escola, como o genial Wall Disney e a dupla Hanna-Barbera, criadores de desenhos que marcaram gerações, entre tantos outros que inspiram os animadores da atualidade.

Mão livre

E o que é animar? Talvez seja inventar uma realidade paralela, brincar de ser Deus. Fato é que “animação só se aprende fazendo” dizem os mais experientes na arte de dar vida ao inanimado. É preciso saber transmitir uma ideia, “dar o recado” quando se anima. Desenhos feitos em preto e branco, com linhas grossas preenchidas com cinza não tiram o colorido da narrativa de “Persépolis”, que diz muito, sem precisar agredir.

Tem que ser apaixonado por esse trabalho de formiguinha, em que cada detalhe vai fazer a diferença. Em geral, um bom animador deve ser um excelente observador, perceber o mundo a sua volta. Ser curioso, paciente e ter bom conhecimento artístico são características ainda bem-vindas nessa atividade, assim como ter bom raciocínio lógico. Some mais um item à lista: ter noção ou senso de oportunidade para executar uma ação. E não precisa ser um super desenhista, a não ser que queira trabalhar com a animação tradicional, em 2D.

Uma prova de que a criatividade define um bom animador é “Fantasmagorie”. Vale buscar na internet e conhecer o centenário filme animado do francês Emile Cohl, considerado o pai do cinema de animação. Em quase dois minutos, personagens feitos com traços simples, quase infantis, fazem peripécias e encantam o espectador. Mais de 700 desenhos foram usados para o roteiro, descompromissado com o realismo. Sem cor e sem áudio. O segredo do sucesso?



encerrada em janeiro, 257 projetos se inscreveram no Anima TV, e 227 continuam

concorrendo. As produções serão testadas em sessões especiais e em exibições na rede pública de televisão (como a TV Cultura e a TV Rá Tim Bum, parceira do edital). No final de todo o processo de seleção, dois programas escolhidos terão a primeira temporada produzida, com 12 episódios.

“Temos uma relação bastante boa com o MinC. Participamos do Anima TV, e do Pró-Animação, projetos que acompanhamos de perto. Há a demanda do presidente Lula e do ministro Juca Ferreira (da Cultura), em prol da animação. Vemos isso com bons olhos. Embora as coisas ainda sejam um pouco mais lentas do que gostaríamos” diz Marta Machado, presidente da Associação Brasileira do Cinema de Animação, entidade representante das empresas e profissionais de animação no Brasil, atualmente com mais de 250 associados.

Maior volume de investimentos no setor deve vir do Anima SP, com cerca de R\$ 50 milhões. Trata-se de uma parceria entre a Fundação Padre Anchieta e a Ancine (Agência Nacional de Cinema), que vai usar recursos dos Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcine). As séries terão exibição garantida na TV Cultura, mas as TVs privadas também começam a se interessar pelas produções animadas nacionais.

Versão brasileira, padrão exportação

Nada de Pato Donald, Pica-Pau, ou Perna Longa. É o Peixonauta, uma co-produção entre a produtora

“Transmite a sensação de que se move por vontade própria”,

sugere Guilherme Alvernaz, animador que acumula mais de 20 anos de experiência na área e é sócio-proprietário da Oca Filmes. A produtora paulista, focada principalmente na publicidade, tem percebido um novo movimento nesse mercado. Por conta dos recentes editais de fomento à produção de séries para a TV e longas-metragens, a Oca Filmes tem recebido cada vez mais convites para produzir esse tipo de conteúdo. E assim como outros estúdios, a produtora agora está de olho nesse filão.

Na pauta do governo

Nos últimos dez anos se produziram mais filmes de animação no Brasil do que durante toda a história do cinema brasileiro. Segundo especialistas, essa é a área do audiovisual que mais se profissionalizou por aqui e o Ministério da Cultura (MinC) sinaliza que a arte da animação no País vai ganhar ainda mais gás.

No final de 2008, o MinC lançou o edital Anima TV, que surpreendeu animadores e produtores e mostrou que definitivamente a animação entrou na pauta do governo federal. Serão distribuídos R\$ 3,9 milhões para a produção dos pilotos de séries animadas - com 11 minutos - dos 20 projetos vencedores. Na primeira fase,

TV Pinguim e o Discovery Kids, uma das maiores audiências do canal por assinatura. Lançado em abril, ele logo alcançou a liderança da audiência do público infantil (crianças entre 4 e 11 anos) dentro da programação do Discovery Kids, segundo apontou a pesquisa Ibope.

O desenho do peixe que vive como um astronauta em nosso meio ambiente é totalmente feito no Brasil - desde a concepção do roteiro, até a finalização de cada episódio. A série 100% brasileira contou com linha de crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social) e com verba da Ancine. Centenas de profissionais participam da produção da série, que será exibida em toda a América Latina.



Anima Brasil

Mas qual o volume desse mercado? Quantos profissionais trabalham em todas as fases de uma animação feita aqui? Difícil medir essa cadeia. Pelo menos por enquanto. “Não se sabe o tamanho da cadeia produtiva de um filme de animação”, diz Marta Machado, lembrando que boa parte da produção animada é usada na publicidade, em séries de TV e também no cinema (filmes de longa e curta duração).

A presidente da ABCA antecipa que o Ministério da Cultura deve promover ainda este ano uma pesquisa para poder traçar uma radiografia do setor. “Estamos animados pelo que vamos descobrir”, afirma.

Quem sabe fazer, tem trabalho certo



Em tempos de crise, a economia se retrai e naturalmente o mercado de trabalho é afetado. Por isso, quando um setor aponta que vai crescer, e bem mais do que a economia do país, é sinal de que o horizonte azul é possível. É o caso da animação no Brasil, que entra na agenda do Ministério da Cultura, que tem planos ousados de investimentos para garantir que os desenhos animados brasileiros cheguem ao público. Sorte de quem já trabalha nessa área. Ou ainda, de quem está em busca de uma boa oportunidade de carreira. **Movimento** investigou quais são os caminhos e as possibilidades

que a animação oferece conversando com profissionais de ontem, hoje e amanhã.

Criativos por natureza, os brasileiros tendem a ser também autodidatas. Quando falamos no mercado de animação essa característica fica ainda mais evidente e são raros os profissionais “com diploma” (muitas vezes conseguidos no exterior). Até porque, no Brasil, cursos no setor são recentes e estão surgindo devido ao crescimento da demanda de profissionais mais habilitados para trabalhar na área. Não que exista alguma obrigação legal para que o animador seja formado, mas

recomenda-se que o profissional possua graduação.

Afirma-se isso hoje, quando a informação é tão rápida quanto a velocidade da luz. Mas há 20 anos, saber desenhar bem e ter vontade de aprender já ajudavam bastante. A HGN Produções, desde 1989, tem formado alguns dos profissionais mais promissores da área: foi uma das primeiras escolas a oferecer curso de desenho animado no País. O ex-estudante de arquitetura Haroldo Guimarães Neto precisava formar mão de obra para atender a demanda encomendada pela Disney, nos Estados Unidos, onde passou uma temporada estudando e trabalhando. Lá ele participou da equipe que fez “A Pequena Sereia”, e de volta ao Brasil fundou a produtora, que tem no portfólio a realização das séries de animações “Alladin” e os “Ursinhos Gummi”, entre outras. E tudo na época do acetato. A HGN, que está produzindo agora para a Disney o longa “A Princesa



Fabio Yamaji trabalhando na animação

e o Sapo”, já anima usando outras técnicas, inclusive a 3D.

“Quem quiser se tornar um animador hoje encontra aqui no Brasil muito mais opções do que em qualquer outra época”, lembra Sérgio Nesteriuk, diretor de educação da ABCA e coordenador do Curso de Design de Animação na Faculdade Anhembí Morumbi, em São Paulo. A instituição oferece, além desse curso, especialização em Produção e Direção de Animação. Também existe na PUC do Rio de Janeiro o curso de pós-graduação em Animação, que tem no corpo docente Marcos Magalhães, diretor do Festival Anima Mundi.

A graduação em São Paulo procura capacitar o aluno a trabalhar em qualquer função necessária ao desenvolvimento de uma animação. E são muitas as possibilidades. Pela natureza interdisciplinar, a animação envolve conhecimentos de diversas áreas, como artes, comunicação, design, tecnologia e o desenvolvimento e gestão de projetos. “Podemos ter, na produção de uma série, por exemplo, centenas de pessoas trabalhando. Desde a etapa de pré-produção até a exibição da animação em si, e em eventuais etapas posteriores, como o licenciamento de produtos da marca, criação de sites, games etc.”, completa Nesteriuk.

Vinda da capital catarinense, a animadora Camila Barbizan, 20 anos, percebeu logo que podia apostar na carreira e não vacilou. Veio para São Paulo estudar e concluiu no ano passado o curso de Design de Animação na Anhembí Morumbi. Estranhamente, uma profissão que exige tanta atenção aos

detalhes, característica feminina, não tem atraído as mulheres. “São pouquíssimas nessa área. Na minha turma da graduação, no início, tinham seis ou sete meninas, mas somente quatro delas se formaram. E pelo que sei, só eu continuei na área”, lamenta Barbizan, contratada do 44toons, estúdio que tem no portfólio a animação de “O Fantasma da Ópera”. Atenta às possibilidades, ela faz agora a pós-graduação em Produção e Direção de Animação e no final de 2008 fez o curso de “Character Animation”, na escola francesa Gobelins.

Conhecimento teórico e técnico, acesso a livros sobre o assunto e a profissionais da área. O curso superior em animação também permite ao aluno manter contato com o lado artístico dessa profissão. “Considero animação a arte mais completa, porque une imagem, sons, interpretação, literatura, artes-plásticas e ainda tecnologia”, explica Silvano Olberga Oliveira, de 41 anos, formado em Tecnologia de Design de Animação na Anhembí Morumbi no final do ano passado.

Alguns cursos de áreas relacionadas possuem na grade uma disciplina voltada à animação. Mas nesses casos, a sugestão é que o interessado em ingressar na área complemente essa formação inserindo a animação em trabalhos específicos desse curso, ou mesmo buscando participar de atividades extra-aula.

“Meu pai (o animador Ruy Perotti, um dos pioneiros na animação publicitária no Brasil), costumava dizer que a animação era uma forma de arte que mistura várias outras formas de arte”, lembrou Guilherme Alvernaz, o Galverna, sócio da Oca Filmes. Esse meio, aliás, também é espaço para os criativos animadores. Seja por conta do apelo cada vez mais lúdico das propagandas, ou mesmo pelo custo, que pode ser menor do que a contratação de atores, dependendo da produção e da intenção do comercial. Especialmente com o recurso da computação gráfica.

Para quem se animou (sem trocadilho), mestres no assunto dão suas dicas. “Quem for trabalhar com animação deve,





Anima Mundi é referência em animação

O curta “O Divino, De Repente”, de Fábio Yamaji, concorre no Anima Mundi 2009 com outros 135 candidatos, entre nacionais e estrangeiros. O festival, que acontece de 10 a 19 de julho no Rio de Janeiro, e de 22 a 26 julho, em São Paulo, vai mostrar 401 filmes, de 40 países. Serão divididos em quatro mostras competitivas (de longas-metragens, curtas, infantil e portfólio). Há ainda a as categorias Anima Web e o Anima Celular.

Entre os selecionados para a mostra estão 66 filmes do Brasil, da França são 56, Reino Unido 47, Estados Unidos 46 e Alemanha 24, e ainda produções animadas da Ucrânia, Taiwan, República Tcheca, Moçambique, Letônia, Eslováquia e Croácia. O festival vai oferecer também workshops de animação. Confira os detalhes no site www.animamundi.org.br.

antes de qualquer coisa, gostar muito de animações”, dispara Nesteriuk, e lembra que é preciso ter em mente a diferença entre “assistir” e “fazer” uma animação. Para Guimarães Neto, mais tradicional, saber desenhar a figura humana é essencial. “E é importante matricular-se em um bom curso”, conclui. Fábio Yamaji, profissional de cinema de animação, concorda, e acrescenta. “Quando alguém me pergunta isso, dizendo que quer ser animador, eu recomendo que procure um curso de desenho animado para aprender os fundamentos da animação. É importante porque você aprende o básico, a cartilha Disney, com os princípios que todos seguem. Depois de aprender decide se vai seguir ou não. E pensa no que criar”. Yamaji é professor na Anhembi Morumbi, dá aulas de animação também no instituto Europeo di Design, o IED, e fez o curso de desenho animado em 1995, na HGN, com o Haroldo Guimarães Neto, onde aprendeu a animação 2D, feita com lápis.

Nessa fase, cinéfilo, Yamaji já havia decidido que a animação seria sua porta de entrada no mundo do cinema (seu desejo inicial era ser diretor da sétima arte). Com a vantagem de que na animação o artista pode realizar o que quiser

– não há limites. Só é preciso paciência (muita) e dedicação, principalmente na técnica stop motion, que encantou o ex-estudante de arquitetura quando assistiu em 1993 “O Estranho Mundo de Jack”. Ver esse longa de Tim Burton (de “A Noiva Cadáver”) deu a certeza de que era isso que ele faria para viver dali em diante. São inúmeros os trabalhos publicitários, como peças, vinhetas, entre outros. Nos primeiros quatro meses de 2009, Yamaji só se ocupou em dar aulas e produzir seu primeiro filme de animação para um festival: “O Divino, De Repente” que está gerando bastante expectativa. É a responsabilidade de quem atua há 11 anos na área, é um dos responsáveis pelo curta “Engolervilha” (ganhador da categoria curtas do Anima Mundi 2003), e é ainda o criador da vinheta premiada “Origanima”, de 15 segundos, no mesmo festival em 2007.



Silvano trabalhando em sua prancheta

NO COMANDO

Arquivo



Diretoras da UNE na posse da entidade

Elas são maioria nas universidades, mas, assim como na sociedade, os espaços de poder permanecem sendo ambientes predominantemente masculinos. Apesar disso, a cada ano as mulheres têm tido mais protagonismo no movimento estudantil. Como mostrou a eleição de uma mulher para presidir a UNE em 2007.

A primeira a ocupar este cargo foi Clara Araújo, em 1982, seguida de Gisela Mendonça, eleita em 1985. Antes de Lúcia Stumpf, a também gaúcha Patrícia De Angelis elegeu-se para presidir a entidade em 1991.

Nestes 16 anos, foram muitas as tentativas de enfrentar o debate sobre a necessidade de se avançar na adoção de políticas afirmativas para garantir a presença feminina nas entidades do movimento estudantil.

Em 2003, foi criada a Diretoria de Mulheres da UNE, mas só em 2005 realizou-se o 1º Encontro de Mulheres da UNE, que foi um marco para ampliar as discussões não somente

sobre a participação feminina no movimento estudantil, mas também sobre como olhar a pauta educacional e outros temas a partir do olhar e das necessidades das mulheres.

Neste ano, no processo de eleição para as entidades estaduais de estudantes, quatro UEE's de estados importantes elegeram mulheres para suas presidências: Amazonas, Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro. "É um processo de acúmulo e avanço. Foram os encontros que ajudaram a pautar essas políticas", avalia Flávia Calé, presidente eleita da UEE do Rio de Janeiro. Ela acredita que é importante continuar pautando essa discussão, "não só nos espaços das meninas, mas também nos espaços mistos, para combater o machismo junto aos meninos que fazem o movimento estudantil. Só assim a gente vai conseguir avançar efetivamente na conquista de mais espaços para as mulheres".

A UNE já realizou três

As mulheres têm conquistado cada vez mais espaço à frente das entidades do movimento estudantil e incluído nas pautas educacionais, políticas e de organização do movimento às suas reivindicações.

Por Renata Mielli

encontros nacionais para discutir a pauta feminina, o último aconteceu em maio, na cidade de Belo Horizonte. A carta aprovada no encontro aponta que "a intenção das participantes do encontro de mulheres é organizar as universitárias para que elas possam lutar pela sua igualdade tanto intelectual, profissional e financeira, como possam ter autonomia de seu corpo, defendendo a legalização do aborto".

O encontro aprovou, ainda, algumas pautas políticas, entre elas a elaboração de políticas de assistência estudantil que contemplem as mulheres, por exemplo, assegurar creches e atendimentos de saúde. Também reiteram a luta para ampliar na rede do movimento a adoção das cotas para a participação das mulheres nas entidades e também nas delegações a congressos e outros fóruns do movimento estudantil.



Estudantes pedem o fim do vestibular, em São Paulo

estudante

A luta do

tem endereço

The screenshot shows the UNE website interface. At the top, there's a banner for 'Reforma Universitária!' with the UNE logo. Below the banner is a navigation bar with links for 'HOME', 'INFORMAÇÕES', 'REFORMA UNIVERSITÁRIA', 'PROJETO URGENTE', 'CONTATO', and 'AJUDA'. The main content area is divided into several sections:

- Atividades:** A list of activities including 'Reforma Universitária', 'Reforma da Gestão', 'Reforma da Gestão', 'Reforma da Gestão', 'Reforma da Gestão', 'Reforma da Gestão'.
- 5ª Bienal de Arte, Ciência e Cultura da UNE:** A large section with a red and black graphic. It includes the text: 'Confira a programação de shows, oficinas e debates da 5ª Bienal da UNE'. Below this, there's a sub-section 'Professores contra tarifas de ônibus no Rio de Janeiro' and 'Oficina de União da Fênix Social Climática'.
- Projeto Mobilizações Operação 2016:** A section with a red and black graphic, including the text: 'Explicite os fundamentos da luta por uma educação pública gratuita e de qualidade'.
- ESIC: marcha de estudantes contra a má:** A section with a red and black graphic, including the text: 'Demos a partir de 14 de maio contra a má gestão do governo federal'.
- SESI:** A section with a red and black graphic, including the text: 'SESI - 11 de maio: 40 anos de luta por uma educação pública gratuita e de qualidade'.

At the bottom of the page, there are logos for 'REFORMA UNIVERSITÁRIA', 'ESIC', and 'PROJETO URGENTE'.

www.une.org.br



**União Nacional
dos Estudantes**



Trabalho
Ministério do Trabalho e Emprego



CNTI

